

LIGAR

Eficiência energética para todos!

Caracterização dos consumidores vulneráveis: relatório final



**Ana Horta & João Carlos Sousa,
com a coordenação de Luísa Schmidt**

**Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa**

Julho de 2018

Conteúdo

I.	Introdução	4
II.	Pobreza energética em Portugal: breve enquadramento.....	6
	A. Conceito	6
	B. Breve caracterização estatística.....	6
III.	Metodologia	13
	A. Plano de investigação	13
	B. Guião de entrevista.....	13
	C. Seleção das zonas de realização das entrevistas	16
	D. Seleção dos entrevistados e contatos com intermediários.....	18
	E. Trabalho de campo.....	19
	F. Análise das entrevistas	20
IV.	Caraterização da amostra.....	22
	A. Breve caracterização do conjunto de entrevistados.....	22
	B. Caraterização das zonas em que decorreram as entrevistas.....	25
	1. Ajuda (Lisboa)	25
	2. Alcabideche (Cascais)	26
	3. Barco (Guimarães)	27
	4. Campanhã (Porto).....	28
	5. Canhestros (Ferreira do Alentejo).....	29
	6. Fermentões (Guimarães).....	30
	7. Loriga (Seia)	31
	8. Salsas (Bragança).....	31
	9. São Pedro Cova Gala (Figueira da Foz)	32
V.	Principais resultados das entrevistas.....	33
	A. Perceções sobre o conforto e conservação da habitação.....	33



B.	Perceção do desconforto térmico em casa	38
C.	Práticas de lidar com o frio em casa.....	41
D.	Práticas de lidar com o calor em casa	46
E.	Perceções, práticas e dinâmicas familiares referentes ao consumo energético dos equipamentos domésticos.....	50
F.	Práticas associadas à alimentação e higiene.....	61
G.	Informação sobre o fornecimento e a utilização de energia em casa.....	70
H.	Problemas de saúde associados à necessidade de ter cuidado com o conforto térmico.....	77
VI.	Indicações para o desenvolvimento da medida.....	80
VII.	Referências bibliográficas e fontes	83
Anexo I.	Guião de entrevista	85
A.	Guião de entrevista.....	85



I. Introdução

Este relatório enquadra-se na Ação 1 - Mapeamento e caracterização dos consumidores vulneráveis (público-alvo), da Medida intangível ADENE_I2: “LIGAR – Eficiência Energética para Todos!” financiada pelo Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica (PPEC 2017-2018), aprovado pela Entidade Reguladora dos Sistemas Energéticos (ERSE). A medida LIGAR, promovida pela ADENE-Agência para a Energia, e com a colaboração do CENSE (Center for environmental and sustainability research) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, do ICS (Instituto de Ciências Sociais) da Universidade de Lisboa, a Sair da Casca e a CDI Portugal, visa implementar uma estratégia inclusiva de combate à pobreza energética e de melhoria da eficiência energética de populações por meio de ações de proximidade junto destes consumidores.

Este relatório descreve parte das atividades desenvolvidas pela equipa do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa no âmbito da medida intangível «Ligar – Eficiência energética para todos! (ADENE_12)», coordenada pela ADENE – Agência para a Energia e inserida no plano de promoção da eficiência no consumo de energia (PPEC 2017-18) financiado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Este relatório descreve parte das atividades desenvolvidas pela equipa do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa no âmbito da medida intangível «Ligar – Eficiência energética para todos! (ADENE_12)», coordenada pela ADENE – Agência para a Energia e inserida no plano de promoção da eficiência no consumo de energia (PPEC 2017-18) financiado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

As atividades a que este relatório diz respeito correspondem às tarefas da equipa do ICS no âmbito da Ação 1 da Medida Ligar, que consistem na caracterização dos consumidores vulneráveis e, mais concretamente, na:

1. Realização de um aprofundamento qualitativo da análise efetuada na fase de mapeamento dos consumidores vulneráveis, em estreita colaboração com a equipa da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, com vista a apurar as circunstâncias que conduzem à pobreza energética e seus impactos;



2. Identificação das principais opções e oportunidades de intervenção e atuação sobre as condições de pobreza energética, tendo por base a avaliação qualitativa efetuada na tarefa anterior;
3. Seleção, em colaboração com a equipa da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, de pelo menos dez zonas prioritárias para implementar as ações de proximidade a desenvolver no decurso da medida.

O relatório está organizado do seguinte modo. Em primeiro lugar procede-se a uma caracterização da população nacional vulnerável à pobreza energética com base nos dados estatísticos disponíveis do Instituto Nacional de Estatística, a partir de uma breve apresentação do conceito de pobreza energética de acordo com a literatura mais recente no âmbito das ciências sociais. A secção seguinte centra-se na estratégia metodológica adotada, descrevendo os métodos de recolha e análise de dados, assim como a metodologia utilizada para identificar as zonas a analisar e os agregados familiares concretos a observar em cada uma das zonas definidas. Descreve-se em seguida as principais características da amostra e procede-se a uma breve caracterização de cada uma das zonas em que decorreu o trabalho de campo, com base nas observações realizadas. Segue-se a análise dos principais resultados obtidos. Finalmente procede-se a uma análise da investigação realizada com vista a fornecer indicações para o desenvolvimento das restantes ações da medida.



II. Pobreza energética em Portugal: breve enquadramento

A. Conceito

Apesar de a pobreza energética constituir um problema com implicações muito graves para a sociedade, até recentemente recebeu pouca atenção a nível nacional, tal como na maioria dos países europeus (Bouzarovski, 2014). Em parte, por esta razão, mas também devido à multiplicidade das causas e formas de pobreza energética, ao seu carácter privado e à sua sujeição a variações culturais, até à data não existem definições totalmente consensuais do problema nem indicadores estatísticos que o caracterizem rigorosamente (Thomson et al., 2017). As consequências da pobreza energética, nas suas diversas formas, podem, no entanto, sintetizar-se do seguinte modo: “falta de serviços energéticos adequados em casa, associada a desconforto e dificuldades” (Bouzarovski e Petrova, 2015, p. 33, tradução nossa), podendo ter uma ampla gama de implicações para a saúde dos habitantes, desde afetar de um modo geral o seu bem-estar até contribuir para o excesso de mortalidade sazonal (Thomson et al., 2017).

No que diz respeito às causas da pobreza energética, os fatores mais frequentemente considerados correspondem a uma combinação de rendimentos baixos, custo elevado da energia e reduzida eficiência energética de edifícios e equipamentos domésticos, incluindo sistemas de aquecimento (Boardman, 2010; Bouzarovski e Petrova, 2015; Pye e Dobbins, 2015; Thomson et al., 2017). Porém, no âmago desta condição está a incapacidade dos indivíduos assegurarem os serviços energéticos adequados (Bouzarovski e Petrova, 2015). Deste modo, tornou-se obsoleto centrar o debate do problema no fornecimento de energia, como inicialmente tendeu a suceder, sendo necessário adotar uma perspetiva multidimensional que permita compreender não só as questões materiais como também as necessidades e práticas sociais (Bouzarovski e Petrova, 2015).

B. Breve caracterização estatística

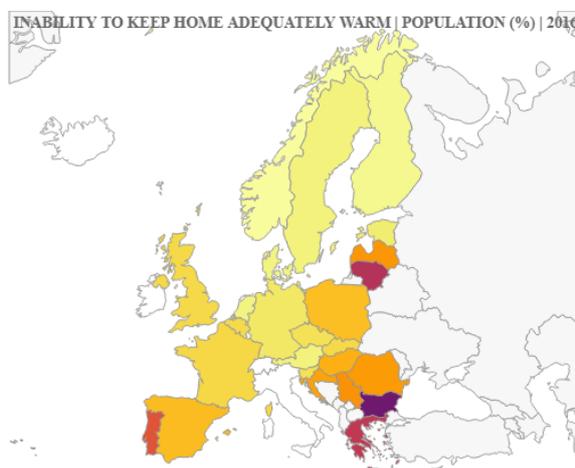
Uma vez que a falta de serviços energéticos adequados (como o aquecimento ou arrefecimento do ambiente, mas também restrições ao aquecimento de água, à iluminação, etc.) não se circunscreve necessariamente à população que vive em situação de pobreza, afectando também os indivíduos que habitem em casas insuficientemente aquecidas, por exemplo, o que corresponde a uma condição muito comum em Portugal, é expectável que o número de indivíduos vulneráveis à pobreza



energética seja superior ao dos que são efetivamente pobres. De facto, segundo o mais recente Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2017, o risco de pobreza em 2016 era de 18,3%, enquanto o indicador de privação material relativo à capacidade para manter a casa adequadamente quente correspondia a 20,4% da população (INE, 2017).

Poderá supor-se, no entanto, que este último número fique aquém da real dimensão do problema, uma vez que o inquérito anual da União Europeia (European Community Household Panel – ECHP) realizado entre 1994 e 2001 (e que a partir de 2003 seria substituído pelo EU-SILC de que faz parte o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do INE) indicava sistematicamente que em Portugal a proporção de agregados familiares incapazes de aquecer adequadamente a casa era superior a 70% - a proporção mais elevada entre os 14 países inquiridos, que em média se situava nos 18% (Healy, 2004). Mesmo de acordo com os dados mais recentes do inquérito EU-SILC, Portugal continua entre os países em que a incapacidade de manter a casa aquecida é mais alta (Figura 1). Outros inquéritos recentemente realizados em Portugal, embora não representativos da população nacional, têm concluído que proporções muito elevadas (também superiores a 70%) das habitações em Portugal são vulneráveis ao frio (Vasconcelos, 2012; PCS, 2017).

Figura 1. Capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida, 2016 (percentagem da população)



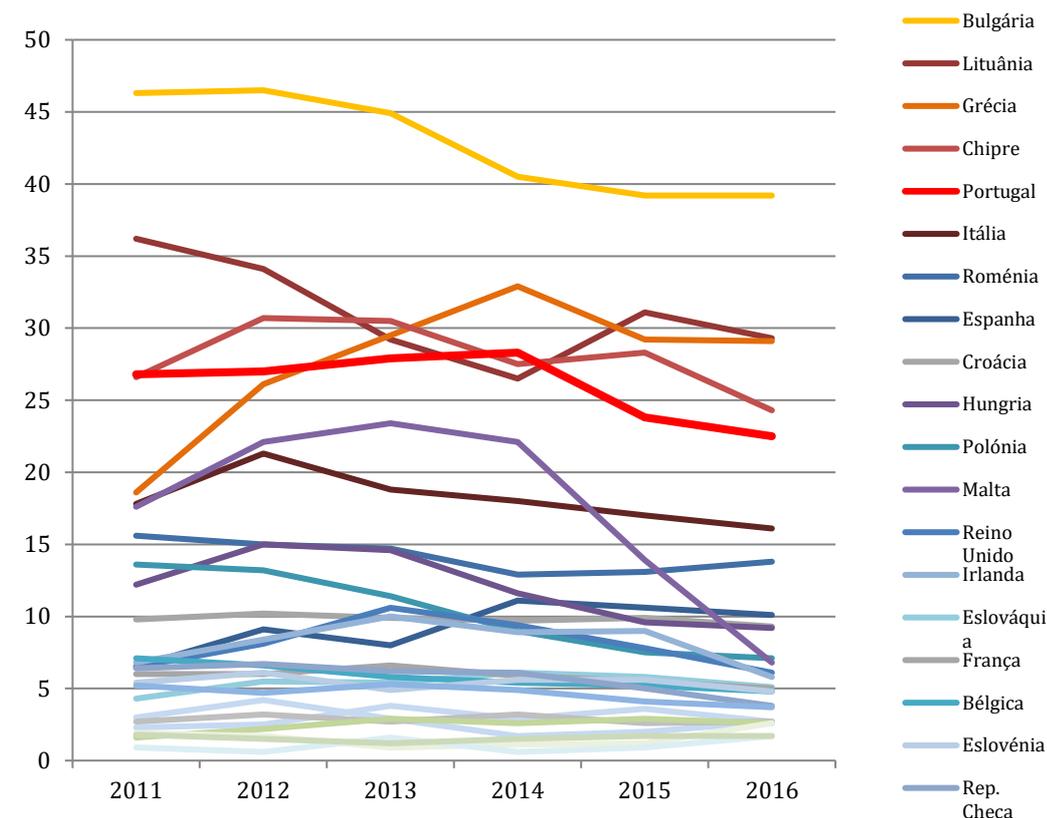
Nota: Reproduzido da EU Energy Poverty Observatory (www.energypoverty.eu)

Fonte: Eurostat, Inquérito EU-SILC, 2016.



A evolução observada nos últimos anos mostra que tem havido uma ligeira diminuição da percentagem de indivíduos em Portugal que declaram ser incapazes de manter a sua casa adequadamente quente (Figura 2).

Figura 2. Incapacidade para manter a sua casa adequadamente quente, 2011-2016 (percentagem)



Eurostat, Inquérito EU-SILC, 2016.

De acordo com os resultados mais recentes do inquérito EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (Quadro 1), a população nacional com capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida não está, de facto, limitada aos setores com rendimentos mais baixos, distribuindo-se por toda a população, embora com frequência crescentemente reduzida quanto mais elevado é o quintil de rendimentos.



Quadro 1. População com capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida, segundo os quintis do rendimento por adulto equivalente (dados provisórios, em percentagem)

Total	79,5
1º quintil	61,6
2º quintil	72,5
3º quintil	79,8
4º quintil	88,0
5º quintil	95,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P. - Portugal, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2017.

Assim como a incapacidade financeira para aquecer adequadamente a casa pode ser encontrada em agregados familiares de todos os níveis de rendimento, também se verifica entre indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados (Quadro 2). Contudo, a este respeito, quanto mais favorecido o agregado familiar menos frequente é não conseguir aquecer a casa adequadamente.

Quadro 2. População com 16 e mais anos com capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida, segundo o nível de escolaridade completado (dados provisórios, em percentagem)

Total	78,8
Até ao 3º ciclo do ensino básico	73,0
Ensino secundário e pós-secundário	84,8
Ensino superior	92,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P. - Portugal, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2017.



A incapacidade financeira para aquecer adequadamente a casa distribui-se também pelas diversas condições perante o trabalho, sendo mais frequente entre os desempregados, outros inativos e reformados (Quadro 3).

Quadro 3. População com 16 e mais anos com capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida, segundo a condição perante o trabalho (dados provisórios, em percentagem)

Total 78,7	
Empregado	84,1
Desempregado	69,8
Reformado	74,4
Outros inativos	73,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P. - Portugal, *EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*, 2017.

A idade dos indivíduos tende ainda a estar associada à incapacidade para manter a casa adequadamente aquecida, sendo esta condição tanto mais frequente quanto mais elevado o escalão etário (Quadro 4).

Quadro 4. População com capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida, segundo o grupo etário (dados provisórios, em percentagem)

Total 79,5	
Até 17 anos	83,2
18-64 anos	80,6
65 + anos	73,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P. - Portugal, *EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*, 2017.

É entre os agregados familiares compostos por um único indivíduo adulto que com mais frequência não existe capacidade para manter a casa adequadamente aquecida, seguindo-se os agregados compostos por dois adultos em que pelo menos um deles é idoso (ou seja, com mais de 65 anos). As



famílias monoparentais (com pelo menos uma criança) estão também entre as que mais frequentemente não têm esta capacidade (Quadro 5).

Quadro 5. População com capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida, por composição do agregado familiar (dados provisórios, em percentagem)

Total, sem crianças dependentes	76,4
1 adulto sem crianças	71,6
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	79,7
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	75,2
Outros agregados, sem crianças	78,0
Total, com crianças dependentes	6
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	76,2
2 adultos com 1 criança	84,4
2 adultos com 2 crianças	86,7
2 adultos com 3 + crianças	86,0
Outros agregados, com crianças	75,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P. - Portugal, *EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*, 2017.

É ligeiramente mais frequente entre as mulheres do que entre os homens não dispor de capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida (Quadro 6).

Quadro 6. População com capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida, segundo o sexo (dados provisórios, em percentagem)

Total	79,5
Homens	80,0
Mulheres	79,1



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P. - Portugal, *EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*, 2017.

Em síntese, os dados estatísticos mais recentes indicam uma forte relação entre a disponibilidade financeira e a capacidade para manter a casa adequadamente aquecida, dado ser entre os setores da população situados nos quintis de rendimentos mais elevados e entre a população mais escolarizada (que por sua vez tende a auferir salários mais altos) e ativa que com menor frequência os indivíduos declaram não ter essa capacidade. Uma reduzida disponibilidade financeira parece contribuir para que os indivíduos mais idosos – sobretudo nos casos em que tenham baixos rendimentos – e também as famílias monoparentais (com pelo menos uma criança) estejam entre os segmentos da população que menos capacidade têm para manter a casa adequadamente aquecida.

Deve salientar-se que esta análise está limitada a um único indicador estatístico, o que não permite caracterizar a capacidade da população de aceder a outros serviços energéticos, como o arrefecimento da casa, por exemplo, que segundo Simões et al. (2016) afeta potencialmente um maior número de habitantes que a necessidade de aquecimento da casa. De facto, apesar de a incapacidade para aquecer adequadamente a casa corresponder ao indicador que durante muito tempo foi o mais utilizado para medir a vulnerabilidade à pobreza energética, este tem vindo a ser crescentemente considerado insuficiente à medida que a investigação avança. Além disso, dada a variabilidade da pobreza energética, é importante considerar o que acontece em contextos específicos (Bouzarovski e Petrova, 2015), em vez de se adotar abordagens únicas que não permitam dar conta da diversidade climática, cultural ou das infraestruturas que caracterizam diferentes territórios.



III. Metodologia

A. Plano de investigação

Com base na revisão da literatura sobre pobreza energética (vide o relatório inicial do ICS, de dezembro de 2017) e de acordo com os objetivos da medida, foi desenvolvida uma metodologia que permitisse aprofundar qualitativamente a análise realizada na fase de mapeamento da pobreza energética no país (vide o relatório final do Mapeamento elaborado pelo CENSE), com vista não só a apurar as circunstâncias que conduzem à pobreza energética, como os seus impactos, de modo a identificar as principais oportunidades de intervenção e a contribuir para a definição das estratégias a implementar no âmbito da medida.

Neste sentido, a metodologia mais adequada consistia na realização de entrevistas a uma amostra de agregados familiares distribuídos pelo país, dado que, por um lado, a entrevista consiste numa técnica qualitativa que permite analisar em profundidade o objeto de estudo e, por outro lado, a distribuição das entrevistas por zonas bastante diversificadas permite assegurar uma análise mais rica e representativa das diferentes realidades através do território nacional. De modo a que a investigação pudesse dar conta da diversidade de situações nas diversas zonas do país, procurou-se realizar um número suficientemente alto de entrevistas em cada uma das zonas selecionadas, o que correspondeu a dez entrevistas realizadas em cada uma das zonas, num total de 100 entrevistas.

B. Guião de entrevista

Na construção do guião de entrevista foram consideradas as principais abordagens teóricas usadas na investigação sociológica sobre a pobreza energética. A abordagem teórica que melhor tem contribuído para compreender o consumo doméstico de energia corresponde às Teorias das Práticas (Gram-Hanssen, 2011; Shove et al., 2012; Wilhite, 2013; Horta, 2018). De acordo com esta abordagem, as práticas são analisadas como estando inseridas em dinâmicas sociais e em contextos históricos e materiais específicos. Esta perspetiva teórica permite compreender a complexidade das práticas desempenhadas pelos indivíduos ao examinar como evoluem elementos tais como os materiais (tecnologias), as competências (habilidades, know-how) e os significados (normas, convenções, expectativas) que constituem essas práticas. Procura-se assim analisar de que modos são postas em ação (“enacted”), sob a forma de padrões de práticas, diferentes configurações destes



elementos (Shove et al., 2012). Complementarmente, e de modo a aprofundar a especificidade da pobreza energética no âmbito das práticas sociais relacionadas com o consumo doméstico de energia, o guião de entrevista incluiu também contributos das teorias sobre a justiça energética (Heffron e McCauley, 2014; Walker e Day, 2012). Esta abordagem contribui principalmente para compreender a variabilidade na exposição ao risco de pobreza energética.

Além deste enquadramento teórico, na construção do guião de entrevista procurou-se integrar ideias e sugestões de investigadores da Bélgica e de Espanha que têm investigado a pobreza energética. Esta colaboração foi especialmente produtiva no caso de Françoise Bartiaux, da Université Catholique de Louvain, que esteve reunida connosco a 25 e 30 de outubro de 2017 durante a sua estadia no Instituto de Ciências Sociais como investigadora visitante. O guião beneficiou igualmente dos comentários e sugestões dos restantes membros da equipa da medida Ligar, sobretudo a respeito das questões de caráter material. A versão final do guião foi ainda adaptada tendo em conta a fase de pré-teste.

O guião de entrevista (vide Anexo 1) inclui as seguintes dimensões:

- **caraterização da habitação** – caraterísticas físicas da habitação, como o número de divisões, o ano de construção, a exposição solar, o tipo de posse, a existência de certificado energético, mas também o ano em que o agregado familiar mudou para esta habitação e as razões ou circunstâncias em que isso aconteceu;
- **obras realizadas na habitação** - histórico das intervenções realizadas, mas também as que estão por realizar e as razões que têm impedido a realização das obras desejadas pelo agregado familiar, procurando compreender a sua articulação com a influência do senhorio e a capacidade de iniciativa própria do agregado;
- **estado de conservação da habitação** – existência de humidades e fendas nas janelas, portas e cobertura do prédio;
- **satisfação relativamente à habitação** – apreciação pelo entrevistado da habitação, reforçada por perguntas acerca do que gosta mais e do que gosta menos na habitação;
- **noção de conforto** – avaliação pelo entrevistado do nível de conforto que sente em casa, incluindo os elementos que mais contribuem para que se sinta confortável e o que gostaria de mudar para a tornar mais confortável;
- **avaliação do conforto térmico** – apreciação do grau de conforto térmico da habitação durante o inverno e o verão, assim como alguns indicadores de desconforto físico;



- **práticas relacionadas com o frio em casa** – incluindo aspetos materiais como os equipamentos de aquecimento utilizados, as divisões aquecidas, o tempo durante o qual as divisões são normalmente aquecidas, de modo a avaliar as suas implicações em termos de consumo de energia, mas também a existência de práticas alternativas (ou complementares) ao recurso aos equipamentos de aquecimento, práticas adotadas especificamente na casa de banho, motivações para o uso dos equipamentos de aquecimento, problemas de saúde associados ao frio e cuidados especiais com as crianças, de modo a compreender as necessidades, perceções e competências do agregado familiar relativamente ao frio, e ainda as suas memórias relativamente ao frio em casa durante a sua infância, de modo a compreender o habitus incorporado na família de origem;
- **práticas relacionadas com o calor em casa** – equipamentos de arrefecimento existentes em casa, hábitos de utilização destes equipamentos, modos alternativos ou complementares de arrefecer a casa, motivações do agregado familiar em relação ao calor;
- **equipamentos domésticos** – existência e tipo de equipamentos de aquecimento, arrefecimento, aquecimento de água, cozinha, iluminação e entretenimento, assim como as respetivas fontes de energia;
- **consumo energético** – hábitos de utilização dos serviços energéticos, como a água quente, cozinhar, lavar e secar roupa, iluminar a casa ou utilizar os media eletrónicos, procurando compreender as suas implicações em termos de consumo energético, assim como a perceção do entrevistado relativamente ao consumo destes equipamentos;
- **poupança de energia** – atitudes em relação à utilização de equipamentos domésticos face à perceção do seu consumo energético, comportamentos relativos à etiqueta energética dos equipamentos, hábitos de poupança de energia em casa, dinâmica familiar relativamente ao consumo/poupança de energia;
- **orçamento familiar** – perceção dos entrevistados acerca do peso que as despesas com energia têm no orçamento familiar, despesas mensais relativas ao consumo de energia e outras fixas, ajudas e subsídios recebidos, rendimento mensal líquido do agregado, existência de dificuldades em pagar despesas com energia;
- **impacto da crise económica** – eventuais retrações no consumo devido à crise dos últimos anos, eventual necessidade de ajudar os filhos como consequência da crise;
- **contratos de fornecimento de energia** – elementos sobre o fornecimento de energia ao agregado familiar, como a potência elétrica contratada, a existência de contador inteligente, se o agregado tem o hábito de fazer a leitura dos contadores, se ocorreu alguma mudança nos



fornecedores de eletricidade e gás, se entendem as faturas de energia, mas também se beneficiam de tarifa social;

- **acesso a informação** – identificação das fontes de informação sobre consumo e poupança de energia a que os entrevistados têm acesso, assim como dos indivíduos a quem podem recorrer se tiverem dúvidas relacionadas com o consumo de energia;
- **hábitos quotidianos em casa** – tempo que os membros do agregado familiar costumam passar em casa e quais as divisões mais utilizadas, de modo a compreender as implicações em termos de consumo energético;
- **caraterização social do agregado familiar** – identificação do número de co-residentes, assim como das suas idades, género, graus de parentesco entre si, ocupação e nível de escolaridade dos entrevistados.

Além do guião de entrevista, os entrevistadores registavam para cada entrevista realizada alguns dados de caraterização da entrevista, do entrevistado e da habitação, como por exemplo a existência de degradação aparente no exterior do alojamento, descrevendo também o contexto de realização da entrevista e as suas principais impressões relativas à habitação e respetivo conforto térmico, entre outras.

C. Seleção das zonas de realização das entrevistas

A seleção das zonas de realização das entrevistas foi feita pela equipa da Medida LIGAR com base na metodologia adotada, que mapeou a distribuição da vulnerabilidade à pobreza energética no território nacional, tendo em conta um considerável número de variáveis e dando atenção às necessidades quer de aquecimento quer de arrefecimento. Com base na indicação das três freguesias com maior índice de vulnerabilidade à pobreza energética em cada região NUTS II de Portugal a respeito do aquecimento e do arrefecimento, e tendo em conta a distinção entre rural e urbano, a equipa da Medida LIGAR selecionou dez freguesias. Na análise que esteve na base desta seleção procurou-se garantir as melhores condições para a realização das entrevistas, entre as quais a existência de contatos prévios com atores locais, especialmente nas câmaras municipais e juntas de freguesia, que haviam sido desenvolvidos recentemente no âmbito do projeto ClimAdaPT.Local - Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas¹. Uma vez que este projeto decorreu

¹ Para mais informação: <http://climadapt-local.pt/>.



em 26 municípios que tinham sido selecionados de modo a cobrir todo o território nacional e a assegurar a diversidade socioeconómica e de vulnerabilidade às alterações climáticas, tendo ainda alcançado compromissos institucionais com os municípios no sentido da adaptação às alterações climáticas, a seleção das dez freguesias mais vulneráveis à pobreza energética de entre esses 26 municípios oferecia as melhores condições para o desenvolvimento da medida.

A existência de contactos prévios com atores locais era um fator fundamental para o sucesso da investigação, dada a necessidade de recorrer a interlocutores locais que pudessem desempenhar o papel de intermediários na identificação de características importantes das áreas geográficas onde iria decorrer o trabalho de campo, como a existência de bairros sociais, por exemplo, mas também no estabelecimento de contactos com atores envolvidos na assistência social às populações vulneráveis que, por sua vez, nos pudessem indicar agregados familiares que correspondessem aos perfis que deveríamos entrevistar.

Deste processo resultou a seleção de dez freguesias distribuídas por nove concelhos, tal como mostra o Quadro 7.

Quadro 7. Freguesias selecionadas

Município	Freguesia	População (CENSOS 2011)	Tipologia	Vulnerabilidade aquecimento	Vulnerabilidade arrefecimento
Ferreira do Alentejo	Canhestros	5.140	Rural	12,3	13,3
Cascais	Alcabideche	42.162	Urbano	12,0	12,5
Lisboa	Ajuda	15.617	Urbano	10,6	12,1
Seia	Loriga	1.053	Rural	12,0	14,0
Guimarães	Barco	1.510	Rural	13,4	13,9
Guimarães	Fermentões	5.707	Urbano	11,7	13,2
Bragança	Salsas	389	Rural	14,0	14,5
Porto	Campanhã	32.659	Urbano	11,6	12,6
Figueira da Foz	São Pedro Cova Gala	2.910	Urbano	12,7	14,6
Olhão	Quelfes	17.246	Urbano	11,0	12,5

Nota: Adaptado do relatório do Mapeamento da Pobreza Energética. Identificação dos concelhos e freguesia e respetivos valores de pobreza energética potencial em termos de aquecimento e arrefecimento.



Embora as freguesias selecionadas tenham todas um índice de potencial de pobreza superior a 11 relativamente ao aquecimento e superior a 12 para o arrefecimento, houve duas exceções. Em primeiro lugar, no concelho de Lisboa optou-se pela freguesia da Ajuda pelo facto de ser aquela que em toda circunscrição territorial deste município obteve os mais altos índices de pobreza energética potencial, mesmo não atingindo o valor de 11 no que concerne ao aquecimento. A alternativa possível era a Freguesia de Beato que tinha 10,1 de aquecimento e 12,1 no arrefecimento, valores inferiores aos registados pela primeira opção. A segunda exceção a esta regra foi a seleção da freguesia de Quelfes do concelho de Olhão, o que se deveu ao facto de Loulé, o único concelho algarvio inserido no projeto ClimAdaPT.Local não ter qualquer freguesia com registos de pobreza energética potencial tanto no aquecimento como no arrefecimento acima dos 11 pontos (numa escala que oscila entre os 1-15). Escolheu-se assim o concelho mais afetado da Região do Algarve.

D. Seleção dos entrevistados e contactos com intermediários

Após a seleção das freguesias onde iriam decorrer as entrevistas, desenvolveram-se contactos com os autarcas locais no sentido de identificar intermediários que pudessem colaborar na escolha final dos entrevistados. Neste sentido sempre que possível foram realizadas reuniões presenciais (ou em alternativa por via eletrónica ou telefónica). Nestas reuniões, além de se apresentar a medida LIGAR e, mais concretamente, a tarefa de Caracterização dos Consumidores mais vulneráveis, eram indicadas diversas características dos agregados familiares que se pretendia entrevistar. Estas características basearam-se na revisão da literatura e na análise da realidade nacional com base nos dados estatísticos disponíveis.

Após traçar diversos perfis em função de critérios como o género, a idade, a tipologia de agregado familiar, fatores socioeconómicos, qualidade da habitação e saúde, foi necessário construir uma versão simplificada a que os interlocutores locais pudessem corresponder mais facilmente dadas as limitações práticas no terreno (Quadro 8).

Para além das variáveis de caracterização social, demográfica e económica foram também considerados aspetos relacionados com o tipo de habitação que são consensualmente considerados centrais entre os estudos internacionais mais relevantes nesta área.



Procurou-se assim construir uma amostra de entrevistados que fosse bastante diversificada, de modo a procurar representar o melhor possível as situações mais vulneráveis à pobreza energética. Procurou-se assim construir uma amostra de entrevistados que fosse bastante diversificada, de modo a procurar representar o melhor possível as situações mais vulneráveis à pobreza energética.

Quadro 8. Tipologia de agregadores familiares a entrevistar

Tipo de família	Família monoparental (mãe ou pai e filhos) com baixos rendimentos ou sem trabalho	Família jovem com 2 ou mais crianças/bebés (até 4 anos)	Família numerosa (com 3 ou mais filhos dependentes)	Idoso (+65 anos) com crianças/jovens, baixos rendimentos	Casal (ou indivíduo a morar sozinho) idoso com reforma baixa
Tipo de habitação	Prédio em bairro social que foi requalificado recentemente	Prédio em bairro social que não foi ainda requalificação	Moradia	Apartamento arrendado em prédio	Apartamento comprado em prédio

De forma sucinta, procurou-se construir uma amostra de entrevistados que considerasse as diferenças de género e idade, dado estas duas variáveis estarem associadas a categorias que são estatisticamente mais vulneráveis à pobreza energética, como os idosos ou as crianças, além de se ter também em conta as assimetrias de rendimento entre homens e mulheres. Por outro lado, procurou-se diversificar no que concerne à tipologia dos agregados familiares. A título ilustrativo pode-se considerar os núcleos familiares monoparentais como particularmente propensos à pobreza energética. Neste âmbito, também as habilitações académicas e o tipo de vínculo contratual ao mercado de trabalho foram considerados no trabalho de seleção dos entrevistados.

E. Trabalho de campo

A realização das entrevistas teve início a 9 de fevereiro e decorreu até 11 de maio de 2018. Durante este período de aproximadamente três meses foram celebradas diversas festividades nacionais, como o Carnaval, a Páscoa ou os feriados de 25 de abril e 1 de maio, além de algumas festividades de carácter local, que condicionaram o agendamento das entrevistas. O trabalho de campo foi ainda condicionado pelos recursos humanos disponíveis (no total foram cinco os entrevistadores) e pela



localização geográfica das dez freguesias selecionadas. De forma a mitigar possíveis efeitos de género, procurou-se que indivíduos do género masculino fossem entrevistados por um entrevistador e do género feminino fossem entrevistados por uma entrevistadora. Uma vez que frequentemente ambos os membros do casal eram entrevistados, procurou-se sempre que possível recorrer a uma equipa de um entrevistador e uma entrevistadora.

De forma a conseguir cumprir o curto prazo de realização do trabalho de campo, e também devido à distância geográfica a ficava a maior parte das freguesias em que decorreu o trabalho de campo, foi necessário agendar diversas entrevistas para o mesmo dia ou para dois seguidos. Estas circunstâncias poderão explicar, em parte, algumas diferenças verificadas dias na duração média das entrevistas por freguesia, embora nunca tivesse sido necessário abreviar. Por outro lado, verificou-se que alguns entrevistados (homens) manifestaram menor disponibilidade; as entrevistadas (mulheres) tendiam a ter mais predisposição para falar. Verificou-se ainda que os mais velhos tinham frequentemente mais disponibilidade para falar do que os entrevistados mais jovens.

As entrevistas decorreram sempre na casa dos entrevistados, à exceção de três casos que apenas se disponibilizaram para encontrar os entrevistadores num espaço da Junta de Freguesia. Em diversos outros casos os entrevistados admitiram algum desconforto em receber em casa pessoas estranhas, apesar de terem sido indicados por intermediários que conhecem, tendo solicitado a um membro do agregado familiar (por exemplo, o marido ou uma filha) para estar presente durante a entrevista por razões de segurança.

Antes do início de cada entrevista os entrevistados eram brevemente informados sobre os objetivos e era-lhes garantido o anonimato, confidencialidade, proteção e segurança dos dados fornecidos. Era ainda solicitada autorização para gravar o som da entrevista.

De um total de 62 horas de gravação, a duração média das 100 entrevistas é de aproximadamente 40 minutos, tendo a duração máxima sido de 1h 50m (Ajuda) e a mínima de 20m (Quelfes).

F. Análise das entrevistas

Depois de transcritas, todas as entrevistas foram sujeitas a análise de conteúdo com o auxílio do software de análise qualitativa NVivo. Este software permite ir além da tradicional análise de conteúdo categorial, permitindo explorar cruzamentos entre categorias temáticas e classificações (não só variáveis de caracterização do agregado familiar, mas também características da habitação e outras



consideradas relevantes). Dado o elevado número de entrevistas a analisar, este software permite também analisá-las de forma mais exaustiva.

As categorias temáticas bem como as variáveis de caracterização a considerar na análise decorrem da revisão da literatura, mas estão também sujeitas a adaptações de modo a acomodar outros tópicos induzidos pelos dados obtidos e eventualmente inesperados, o que pode ser particularmente significativo dada a quase inexistência de estudos sociológicos especificamente nacionais que abordem estas temáticas.

Pretende-se com esta análise construir tipologias das práticas adotadas pelos agregados familiares para lidar com o frio e o calor em casa e, na medida do possível, encontrar correspondências entre essas práticas e as características dos agregados familiares e das habitações, de forma a identificar os fatores que conduzem à pobreza energética. Embora o método da entrevista seja adequado a análises de carácter qualitativo, sempre que possível, ou seja, quando as respostas obtidas são suficientemente estandardizadas, apresentam-se resultados quantificados.



IV. Caracterização da amostra

A. Breve caracterização do conjunto de entrevistados

Seria expectável que realizadas cem entrevistas tivéssemos os correspondentes cem entrevistados, contudo o trabalho de campo confronta-nos com circunstâncias e dinâmicas nem sempre planeadas. Foi precisamente o que se passou na abordagem de alguns domicílios, onde encontramos, ora o casal, ora o casal com filhos, ou ainda a coabitação de várias gerações compondo o mesmo núcleo familiar. Foram diversas as situações em que fomos recebidos nas habitações dos entrevistados, desde uma refeição em família, ou durante a hora de pausa no trabalho, até ao simples facto de embora o agendamento tenha sido feito com um determinado entrevistado, por este não se sentir confortável pediu que houvesse mais alguém presente. Apenas em Canhestros, freguesia de Ferreira do Alentejo, tivemos dez entrevistados para dez entrevistas em contraste com Salsas, em Bragança, onde tivemos dezasseis entrevistados no total das dez entrevistas. Saliente-se que foi reduzido o número de entrevistados a viverem sozinhos. Por exemplo em Canhestros apenas em duas entrevistas os entrevistados vivem a solo. Pelo contrário em Salsas tivemos oportunidade de entrevistar três pessoas a viver sozinhas, contudo encontrou-se um grande número, nesta mesma freguesia transmontana de agregados familiares compostos por três gerações, o que pode ser um indício da relevância de uma espécie de sociedade providência, em que os laços familiares e parentais são centrais na organização familiar. Entre os casos de pessoas a viver sozinhas são claramente maioritários os casos de viúvos, particularmente de mulheres. Com efeito, são reduzidos os casos de indivíduos em idade ativa e que estão a viver presentemente sozinhos.

Deste modo, do total de 134 entrevistados, 36,6% são homens e os restantes 63,4% são mulheres. Em termos etários temos uma pirâmide invertida, um claro sintoma da forte representatividade dos grupos etários mais envelhecidos. Em termos médios cifra-se em aproximadamente 54 anos a idade dos cento e trinta e quatro entrevistados. É em contexto de meio rural que encontramos as freguesias mais envelhecida (Salsas) e a mais jovem (Barco). Estes dados parecem encaixar na tendência das regiões mais amplas em que se inserem ambas as freguesias. Trás-os-Montes é hoje (e há décadas) uma região em que a queda demográfica é acentuada, ao passo que Guimarães e o Baixo Minho apresentam grande renovação geracional, sendo mesmo um caso de jovialidade no quadro mais amplo europeu. A amplitude etária é grande. O entrevistado mais velho tem 92 anos e é de Salsas, em antagonismo com os 15 anos de um entrevistado de Fermentões (Guimarães). Os vários indicadores nacionais e europeus (ver relatório anterior) corroboram de forma consistente que as



mulheres estão particularmente vulneráveis à pobreza, bem como os mais velhos, reformados e pensionistas estão entre os grupos sociais mais propensos a trajetórias de pobreza e exclusão social. No plano da escolaridade temos um claro domínio do número de entrevistados que declaram ter o 4º ano de escolaridade (50,7%). São apenas 4,5% os que têm algum grau de ensino superior. Os níveis intermédios de ensino somam um total de 43,3% dos entrevistados. Ao facto de mais de metade dos entrevistados não ter mais do que um diploma correspondente ao 4º ano de escolaridade não será alheio o facto de estarmos perante uma amostra com uma idade média de aproximadamente 54 anos. Há três décadas o ensino obrigatório circunscrevia-se ao 4º ano de escolaridade (Figura 3).

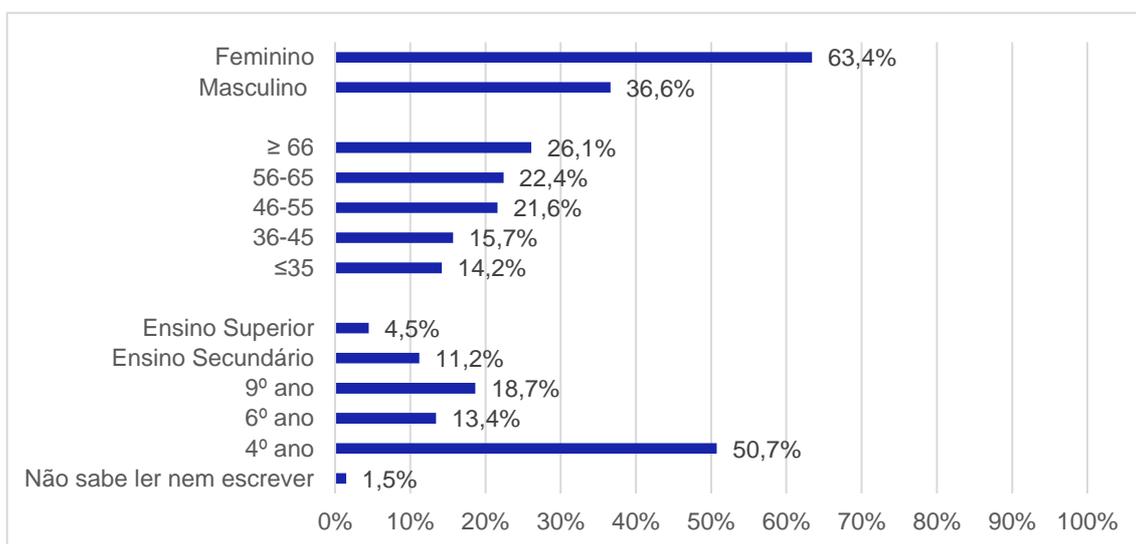


Figura 3. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados (n=134)

De entre as cem entrevistas que se puderam realizar um pouco por todo o território continental encontrou-se uma grande diversidade em termos do estado de conservação das suas habitações. Nas áreas abrangidas pelo estudo que agora se expõe, observou-se uma clara tendência de concentração da tipologia de habitação. Casos mais paradigmáticos do que se acaba de afirmar é o exemplo de Quelfes no concelho de Olhão em que se encontram inúmeros quarteirões exclusivamente de Habitação Social, ao passo que nas freguesias eminentemente rurais, como por



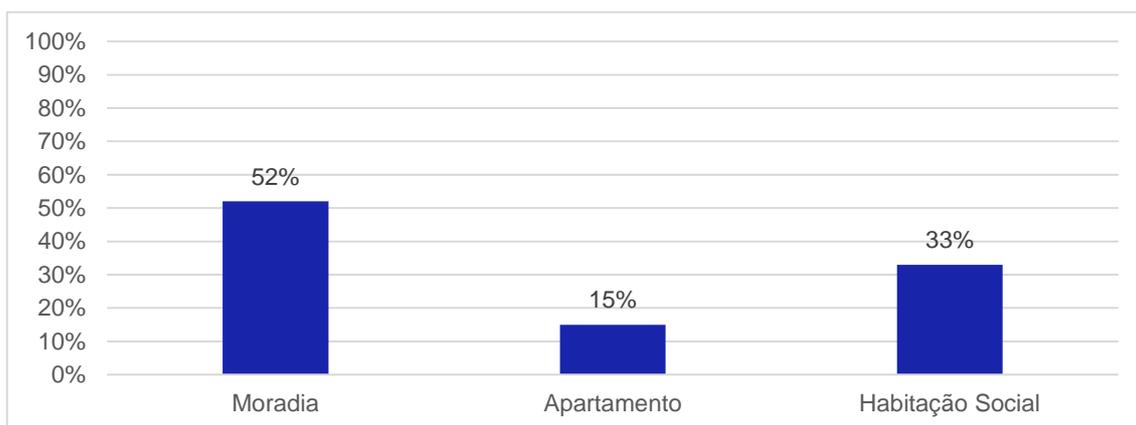
exemplo Salsas, Barco e Canhestros não há qualquer fogo que se possa colocar nesta mesma tipologia.

No que diz respeito ao rendimento mensal líquido dos agregados familiares da amostra, observa-se que a média dos rendimentos referidos pelos entrevistados corresponde a 818,8 euros. As despesas mensais referidas pelos entrevistados relativamente à eletricidade são, em média, 54,2 euros e relativamente ao gás 32,5 euros. No entanto, importa salientar que estes valores correspondem a aproximações, uma vez que os entrevistados tendiam a reportar os valores que lhes ocorriam no momento da entrevista e, nos casos em que mostravam uma fatura aos entrevistadores, essa era geralmente uma das últimas, não sendo necessariamente representativa.

Apenas nos casos de 29 entrevistados foi possível verificar que são beneficiários de tarifa social de eletricidade – fosse porque os próprios sabiam ou porque os entrevistadores puderam observar isso nas faturas que nos foram mostradas. Em 11 casos os entrevistados não sabiam e não foi possível esclarecer se tinham ou não. Em diversos casos em que, devido aos seus baixos rendimentos, seria previsível que os agregados familiares fossem beneficiários da tarifa social de eletricidade isso de facto não acontecia porque o contrato de fornecimento de eletricidade estava em nome do senhorio.

Na Figura 4 observa-se uma concentração maioritária (52%) dos fogos habitados pelos entrevistados na tipologia de moradia. Conjuntamente com os apartamentos em prédios completam 67% do total de entrevistados. A habitação social – que por sua vez também corresponde a apartamentos – contempla um terço do total.

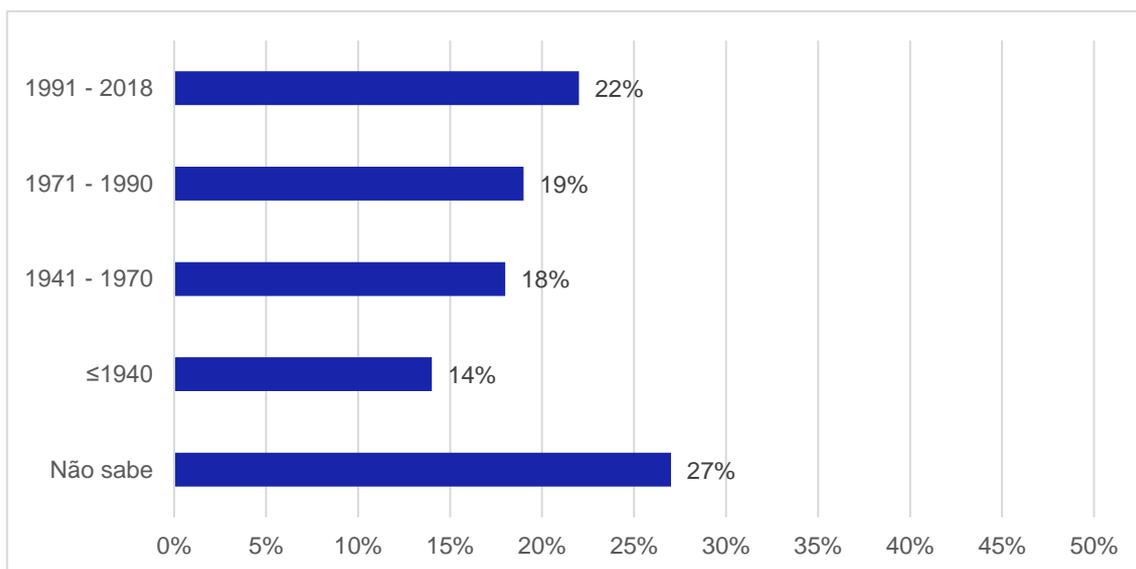
Figura 4. Tipologia da habitação dos entrevistados (n=100)



Quanto ao número de divisões das habitações, a maioria (51%) tem cinco a seis, incluindo sala, cozinha (que por vezes é simultaneamente cozinha e sala) e casa de banho; 32% tem sete a oito; 11% inclui nove ou mais; e 6% tem até quatro divisões.

Um número considerável de entrevistados (27%) desconhecia o ano em que a sua atual habitação foi construída. A Figura 5 mostra a distribuição dos agregados familiares da amostra relativamente ao ano de construção das suas casas.

Figura 5. Ano de construção da habitação dos entrevistados (n=100).



De seguida caracterizam-se brevemente os cenários encontrados em cada uma das dez zonas em que decorreu o trabalho de campo.

B. Caracterização das zonas em que decorreram as entrevistas

1. Ajuda (Lisboa)

Fazendo jus aos dados estatísticos que chamam atenção para o envelhecimento da população residente do concelho de Lisboa, encontrámos na Ajuda um conjunto de entrevistados (no total doze) que têm a mais elevada média etária de todo o estudo - aproximadamente 64 anos. Ainda assim, é um conjunto de entrevistas que se pauta por alguma heterogeneidade do ponto de vista da ligação ao



mercado laboral, com entrevistados reformados, mas também desempregados, a viver exclusivamente de prestações sociais como o Rendimento Social de Inserção, ou que estão no ativo.

Também no que concerne à tipologia e composição do agregado familiar temos famílias monoparentais com variadas disfuncionalidades, como por exemplo um casal idoso reformado que dá guarida a um neto, ou uma viúva que vive com o filho divorciado e/ou casais no ativo que têm filhos menores ao seu cuidado. Neste âmbito, destaque para aquilo que parece ser um movimento de ascensão social de um casal com filhos menores que nasceu e viveu em contexto de habitação social e que agora está a sair deste tipo de habitação para uma área da Área Metropolitana de Lisboa mais privilegiada em termos materiais, mas sobretudo em termos simbólicos.

Sublinhe-se também a existência de heterogeneidade em termos de habitação. Fizeram-se entrevistas em bairros sociais com algum nível de degradação da infraestrutura, mas também entrevistas em casas que tendo algumas décadas foram recentemente alvo de intervenções de fundo que visaram uma melhoria substancial do conforto de quem a habita. Não existe recurso à biomassa.

No conjunto das dez entrevistas ficou patente a importância da componente relacional com a vizinhança e menos quanto à família. São mais dispersas as alusões às relações familiares, embora existam. Embora estejamos a falar de um dos maiores núcleos urbanos do país, a Freguesia da Ajuda e a sua população indiciam ter uma certa identidade de bairro que é alimentada pelas ligações de proximidade e também, em menor escala, pela família.

Em termos habilitacionais e como estamos perante um conjunto de doze entrevistados com uma média etária relativamente elevada, estas têm em quase todos os casos o 4º ano de escolaridade.

2. Alcabideche (Cascais)

Após uma reunião com responsáveis da Ação Social da Câmara Municipal de Cascais fomos orientados para o Bairro da Cruz Vermelha e da Adroana onde a referida autarquia e a Santa Casa da Misericórdia desenvolvem esforços de mitigação da pobreza naquela área. Sobretudo o Bairro da Cruz Vermelha caracteriza-se por ser um local de realojamento de retornados das ex-colónias logo após o 25 de Abril 1974. A Adroana é um Bairro de Habitação Social habitado também por indivíduos das ex-colónias ou seus descendentes. Neste mesmo Bairro tivemos oportunidade de entrevistar um imigrante clandestino, o qual procura há mais de um ano a regularização da sua situação para assim poder trazer a mulher e os dois filhos.



No Bairro da Cruz Vermelha das várias situações onde realizámos entrevistas, quase todas vivem em privação, sobretudo privação moderada. Um traço transversal à maioria das entrevistas é a dificuldade de ter um vínculo contratual minimamente estável por algum dos seus membros. Mas os problemas identificados passam também por casos de alcoolismo (umas das entrevistas foi feita a um indivíduo alcoolizado), e famílias monoparentais. Apenas foi registado um caso em que coabitam três gerações na mesma casa, para além de problemas de foro psiquiátrico e de saúde como cancro e respiratórios. Aliás, a coabitação de vários irmãos e respetivos filhos na mesma casa também foi registada nesta freguesia, algo raro e que só tem um caso relativamente similar em Quelfes (Olhão). Ambas as situações em famílias afrodescendentes.

Na generalidade, as casas apresentam todas problemas estruturais. Quer em termos de observação, mas sobretudo no que toca a queixas, foi possível perceber que a habitação social existente nesta freguesia é de pouca qualidade sofrendo de infiltrações e humidades. Não existe recurso a biomassa entre as famílias entrevistadas. Apenas a eletricidade e gás.

Este núcleo de entrevistas parece-nos relevante no sentido de permitir perspetivar o sucesso e insucesso no processo de integração dos retornados das ex-colónias e perceber que é normalmente a geração mais velha que ainda assegura alguma funcionalidade familiar, em face aos múltiplos problemas que afetam as gerações mais novas.

3. Barco (Guimarães)

Na freguesia de Barco do concelho de Guimarães tivemos oportunidade de entrevistar uma população relativamente jovial. Trata-se de uma freguesia fora do tecido urbano da sede de concelho que se revelou ser uma realidade com algumas particularidades locais que a distinguem das restantes circunscrições territoriais de natureza rural onde o trabalho de campo se desenrolou. Barco apresenta a média de entrevistados com idades mais baixas de todas as dez freguesias: - aproximadamente 45 anos. Outra particularidade a jusante deste facto, é estarmos perante um conjunto de doze entrevistados com um nível de escolaridade relativamente elevado. No quadro da nossa abordagem, esta é a freguesia onde existem mais diplomados com ensino superior.

Do lado das similitudes com as restantes freguesias rurais que fazem parte do estudo, encontra-se um parque habitacional quase exclusivamente composto por moradias próprias, sendo algumas de aquisição bastante recente ou objeto de intervenções de fundo também recentes. O recurso à biomassa como fonte energética é generalizado. Os núcleos familiares estudados são quase todos



compostos por uma ou duas gerações. Embora não coabitem três gerações na mesma habitação, ficou patente que existe e é forte a rede de solidariedade familiar. Para além disso, foi visível a proximidade física de diferentes gerações, nomeadamente a viverem em moradias contíguas. Existe alguma agricultura de subsistência, mas como complemento ao rendimento principal do trabalho, que na sua maioria é na indústria sediada nas imediações da localidade, em especial indústria têxtil. Ficou algo latente a ideia de que existe alguma economia informal, em que circulam recursos económicos não declarados. Ninguém declarou usufruir da tarifa social, o que pode ser um indício de que os rendimentos não são assim tão baixos. Um outro aspeto relacionado com a jovialidade da freguesia diz respeito à existência de um grande número de crianças nos diversos agregados que foram objeto de entrevista. Uma última nota para frisar que a duração média das entrevistas foi a segunda mais baixa o que pode ser interpretado como uma consequência de ser umas das freguesias em que houve mais entrevistados do sexo masculino. Neste conjunto de entrevistas houve ainda testemunhos de mau planeamento da habitação, ou por outras palavras, casas com muitas divisões e com dimensões em excesso e os problemas que implicam, nomeadamente na manutenção, limpeza e despesas de aquecimento.

4. Campanhã (Porto)

Na cidade do Porto e mais concretamente na Freguesia da Campanhã encontrámos a chamada “pobreza envergonhada”. Referimo-nos a duas entrevistas em que ficou patente um forte condicionamento por parte de ambos os entrevistados, sendo que ambos partilham grau de parentesco. Os dois elementos que parecem estar na origem daquilo que é entendido como uma diminuição das condições materiais de existência são o divórcio de um filho e também a perda de trabalho por parte de uma das entrevistadas. A determinada altura numa destas entrevistas é afirmado o seguinte “nunca tive tão pouco dinheiro”. O tom destas entrevistas foi de pesar. Estas pessoas acederam a realizar as entrevistas uma vez que estão a ser ajudadas pela Junta de Freguesia.

Trata-se de um conjunto de entrevistas que abrangem situações laborais e familiares muito distintas. Existem reformados, indivíduos em idade ativa com filhos menores, reformados com filhos em idade adulta, mas quase todos padecem de uma precária ligação ao mercado de trabalho. Uma boa parte destes entrevistados depende quase exclusivamente de prestações sociais, particularmente de reformas de velhice e incapacidade.



Em termos de condições de habitação não há a registar grande degradação, com exceção dos casos de ocupantes de habitação social. Aí sim, as críticas e queixas são variadas, desde a degradação das casas com falta de obras, até à má relação com a vizinhança no contexto mais amplo dos bairros sociais em que se inserem. A média de idade cifra-se nos 59 anos, o que não deixa de indicar um acentuado envelhecimento da população residente, numa zona da cidade que não é propriamente turística.

Em termos habilitacionais, de referir que existem vários casos de entrevistados com diplomas de ciclos de ensino superior ao 4º ano. Existe mesmo um entrevistado com mestrado. A área onde se localizam os fogos é dispersa pela Freguesia da Campanhã, mas é claramente uma região algo degradada e habitada por classes sociais baixas.

5. Canhestros (Ferreira do Alentejo)

Canhestros é uma pequena aldeia em plena planície alentejana que pertence ao concelho de Ferreira do Alentejo. Foi a única freguesia onde o número de entrevistas corresponde precisamente ao número de entrevistados. Nalguns casos havia mais habitantes em casa, contudo a maioria encontrava-se sozinho e nalguns casos vivem mesmo sozinhos, uns viúvos outros por opção.

Em termos arquitetónicos encontrámos casas que datam a sua construção ou ocupação ao período subsequente ao 25 de Abril 1974. São diversos os casos de entrevistados em que a propriedade da casa remonta ao PREC (Período Revolucionário em Curso), quando antepassados - pais e/ou avós - deixaram a vida no típico “monte alentejano” e vieram viver para Canhestros. As habitações que mantêm o essencial desse período, apenas contam com uma cobertura em telha, potenciando fenómenos de brusca inversão térmica. O Alentejo é uma região de clima predominantemente continental, onde os verões são extremamente quentes e os invernos secos e frios e onde, num mesmo dia, se regista uma grande amplitude térmica entre o dia e a noite. Nesta região o recurso a biomassa é generalizado e vulgar.

A média de idade situa-se nos 54 anos, coincidente com a média de idade dos restantes entrevistados a nível nacional. A amplitude etária situa-se entre os 32 e os 74 anos de idade.

Em termos de ocupação profissional todos os entrevistados estiveram ou estão ligados ao trabalho no campo e lavoura. A maioria beneficia de diferentes prestações sociais, seja de pensões de reforma



de velhice ou invalidez, seja do Rendimento Social de Inserção, ou até dos Programas Ocupacionais para Desempregados.

Pelo contato com estes entrevistados concluímos que têm um padrão comportamental relativamente homogêneo perante um “estranho” (o entrevistador). Esse padrão comportamental caracteriza-se por um certo distanciamento, uso recorrente de monossílabos para responder ao que é questionado e sobretudo o não irem muito além do que é questionado de forma direta. Não será coincidência o facto de as entrevistas terem tido a duração média mais baixa das dez freguesias que fazem parte do estudo.

6. Fermentões (Guimarães)

Situada na zona limítrofe do perímetro urbano da cidade de Guimarães, a Freguesia de Fermentões estende-se por um ainda vasto território de colinas e vales. As dez entrevistas dividiram-se por dois grandes núcleos. Um primeiro, mais distante do centro da cidade, constituído exclusivamente por habitação social tipo moradias. Um segundo núcleo de entrevistas desenrolou-se numa colina contígua ao perímetro urbano de Guimarães e inclui habitação social em forma de prédio, mas também habitação de arrendamento. Foram ainda realizadas duas entrevistas um pouco fora da circunscrição deste bairro. Estas duas entrevistas foram realizadas a idosos que moram ali, num vale escondido, desde que nasceram e viram aquele sítio a perder habitantes progressivamente ao longo das últimas décadas. Neste pequeno núcleo habitacional, junto a uma ribeira e onde abundam os canaviais, as habitações, não obstante terem sido intervencionadas pelos seus habitantes, apresentam alguma precaridade e claros sinais de humidade. Num destes casos o entrevistado tinha o esquentador avariado há um mês e terá que aguardar a vinda de um sobrinho no verão para lhe tentar solucionar o problema, uma vez que não tem recursos para o mandar arranjar ou comprar um novo.

No núcleo habitacional mais próximo ao centro da cidade de Guimarães encontrámos famílias monoparentais disfuncionais. Um caso extremo foi o de uma entrevista a uma mulher com cinco filhos, dos quais, vive com três, um autonomizou-se e um outro está preso por tráfico de droga. Notou-se na zona um quadro de delinquência e desvio ligado inclusivamente ao consumo de drogas. Entre os entrevistados nesta freguesia nenhum recorre à biomassa.

Um outro traço transversal, no que toca às condições da habitação, é uma forte precarização destas, nomeadamente com humidade e rachas nas diversas paredes que constituem a estrutura do



edificado. Embora seja de assinalar que existe também um fator socioeconómico relevante, nomeadamente na falta de manutenção destas estruturas seja por negligência, seja por falta de recursos.

7. Loriga (Seia)

Loriga embora esteja em pleno Parque Natural da Serra da Estrela tem uma forte tradição industrial, mais propriamente na indústria do sector têxtil. Alguns dos entrevistados trabalharam nalgumas dessas unidades fabris. A ligar a Freguesia à sede de concelho existem apenas dois autocarros por dia no início da manhã. No total foram quinze os entrevistados. Nesta freguesia, com a falência da indústria existente, torna-se muito difícil arranjar trabalho. Muitos dos entrevistados trabalham ou frequentam ações de formação em Seia. Outra característica dos entrevistados e dos seus agregados familiares é o défice de empregos qualificados. Ficou notória a existência de uma grande dependência de uma boa parte da população em relação a diversas prestações sociais, tais como o Rendimento Social de Inserção e o Subsídio de Desemprego. Uma boa proporção de entrevistados frequentava ações de formação profissional.

Em termos das infraestruturas das habitações, estas são quase todas em granito ou tijolo. Não existe um uso generalizado da biomassa como fonte energética. Muitos dos testemunhos recolhidos apontam excesso de calor no Verão. É comum o recurso a ventoinhas para arrefecer a casa.

Em termos de organização familiar existem casos de monoparentalidade, mas o padrão dominante é de coexistência de duas gerações na mesma habitação, com casos de filhos menores, mas também maiores de idade. Não existem grandes referências às relações parentais e de vizinhança. Não há casos de coabitação de três gerações ao contrário de outras freguesias rurais como Canhestros e Salsas.

Não existem significativos registos de doenças entre os agregados dos entrevistados.

8. Salsas (Bragança)

Salsas é uma pequeníssima freguesia do concelho de Bragança que ainda assim tem três localidades anexas. Numa dela, Vale Nogueira, realizámos duas das dez entrevistas. Trata-se de uma região marcadamente rural e em rápida desertificação. Os custos deste progressivo abandono têm múltiplas



manifestações, como por exemplo os filhos de alguns entrevistados terem de apanhar um pequeno autocarro para uma escola primária numa aldeia a quase 30 km. Ou ainda os cuidados de saúde terem de ser realizados ou em Bragança ou em Macedo de Cavaleiros. Em termos de estatuto de ocupação da habitação este é generalizadamente a propriedade. O recurso é generalizado a biomassa e faz-se em muitas das situações recorrendo a reservas dos próprios terrenos dos quais são proprietários. Estamos a falar de pequenos terrenos em que se pratica quase sempre uma agricultura de mera subsistência, constituindo-se como um pilar fundamental de subsistência, que não é mais do que uma rede informal de solidariedade e complementaridade entre indivíduos do mesmo núcleo familiar e parental, mas que também pode incluir outros elementos como vizinhos e amigos.

Em termos de infraestruturas as habitações que tivemos oportunidade de visitar têm condições de habitabilidade muito diversas. Há casos em que nos últimos anos os seus proprietários tiveram oportunidade de fazer intervenções de fundo, aumentando, claramente a eficiência energética destas habitações e até de conforto, como por exemplo instalando janelas de vidro duplo. Algumas destas intervenções foram feitas com ajuda da Junta de Freguesia e/ou apoiados através de quadros de financiamento comunitário. Contudo, há também casas com construção e condições de salubridade manifestamente precárias. Nestes casos os problemas assumem alguma complexidade e são multidimensionais porque são acompanhados por problemas psiquiátricos de algum dos seus ocupantes, ou em alternativa disfuncionalidades familiares e ainda precariedade laboral e participação no mercado de trabalho algo intermitente.

9. São Pedro Cova Gala (Figueira da Foz)

Comunidade eminentemente piscatória onde, tanto homens como mulheres, todos têm ligação à pesca. Esta ligação é uma consequência da sua própria localização entre a foz do Rio Mondego e o Oceano Atlântico. No dia em que foi realizado o trabalho de campo as condições atmosféricas eram adversas a sair para a pesca. Por isso encontrámos e entrevistámos, nalguns casos, homens que era suposto estarem na sua atividade profissional. Nesta comunidade encontrámos alguns focos de pobreza. Existem núcleos familiares com claras e objetivas disfuncionalidades. Há também casos de alcoolismo que associados a um quadro familiar também ele algo disfuncional, redundam em casos de pobreza. O tipo de privação encontrado nesta comunidade é elevado, o que se deve à baixa escolaridade (4º ano é o nível mais comum), mas também à precariedade das condições habitacionais.



As entrevistas distribuíram-se por agregados familiares a residir em habitação social e em casa particular. Curiosamente, neste caso os fogos de habitação social apresentavam melhores condições de habitabilidade comparativamente às restantes, o que se constitui como um aparente paradoxo. Os entrevistados que não residem em habitação social são proprietários das suas habitações, construídas com o trabalho de décadas ou em alternativa transmitidas através de herança, onde há várias gerações vive aquela família. Naquele dia de tempestade havia habitações em que chovia no interior das mesmas. Não existe recurso a biomassa para aquecer as casas. A eletricidade é a fonte energética principal, secundada pelo gás.

Há entre os entrevistados portadores de doenças respiratórias, cardíacas e que estão potencialmente associadas à forte degradação das suas habitações. Existe um caso de perturbação psiquiátrica em contexto muito precário de habitação e que por isso não consegue a reinserção no mercado de trabalho. Também há relatos de entrevistados que recusaram o realojamento em habitação social em face da má vizinhança proporcionada. Na generalidade pode dizer-se que são indivíduos e agregados familiares com poucos recursos financeiros e sobretudo muito voláteis. Também existe uma forte dependência das diversas prestações sociais.

V. Principais resultados das entrevistas

Na análise das entrevistas emergiram sete temáticas que congregam os principais resultados obtidos. Este capítulo aborda cada uma delas: perceções dos entrevistados sobre o conforto e conservação da habitação; perceção do desconforto térmico em casa; práticas de lidar com o frio em casa; práticas de lidar com o calor em casa; perceções, práticas e dinâmicas familiares referentes ao consumo energético dos equipamentos domésticos; práticas associadas à alimentação e higiene; informação sobre o fornecimento e a utilização de energia em casa.

A. Perceções sobre o conforto e conservação da habitação

Diversas perguntas do guião de entrevista visavam aferir as perceções dos entrevistados relativamente ao estado de conservação da habitação (como a existência de humidades ou a necessidade de obras, por exemplo) e à satisfação e conforto que sentiam em casa. Estas últimas perguntas eram deliberadamente abertas de modo a podermos situar os aspetos relativos à vulnerabilidade à pobreza energética no conjunto das preocupações, expectativas e vivências dos



entrevistados relacionadas com as suas casas. Os resultados mostram, como seria de esperar, uma grande variabilidade de perceções. Alguns entrevistados centram-se em aspetos aparentemente externos à habitação, mas que condicionam significativamente o seu quotidiano e a apreciação que fazem da habitação. Por exemplo, alguns valorizam muito o facto de viverem próximos dos seus familiares (no mesmo prédio ou em habitações ao lado da deles), enquanto outros, mais frequentemente se vivem em bairros sociais, lamentam muito a má vizinhança, queixando-se sobretudo da insegurança, tráfico de droga, conflitos, falta de limpeza e ruído. Há também quem valorize muito a paisagem ou as traseiras da habitação, de onde podem ver campos cultivados, “gatinhos”, “passarinhos”, ou ouvir “um galo a cantar” (E62), por exemplo. A possibilidade de contacto com a natureza no exterior da habitação, seja através do “ar puro” (E76) que apanham na varanda, da existência de animais domésticos com que as crianças possam brincar ou de terrenos ou hortas cultivadas pelos entrevistados, é também muito valorizado.

No que diz respeito aos aspetos intrínsecos à habitação, destacam-se quatro tipos de perceções, que nalguns casos estão correlacionados: pela positiva, a luminosidade, e pela negativa, o frio, a humidade e a necessidade de obras. É importante salientar, no entanto, que entre os cem agregados familiares entrevistados encontram-se situações substancialmente diferentes no que diz respeito às condições de habitabilidade das suas casas. Se muitas destas habitações estão em bom estado, outras tantas estão bastante degradadas ou a sua construção nunca chegou a ser concluída. As fotografias seguintes (Figuras 6 a 9) ilustram algumas destas situações encontradas pelos entrevistadores.

Figuras 6-9. *Aspetos do interior de quatro das habitações dos agregados familiares entrevistados.*





Embora seja frequente os entrevistados expressarem insatisfação relativamente à necessidade de pintura da sua casa ou à dimensão das divisões, entre as mudanças que os entrevistados referiram que gostariam que fossem feitas nas suas habitações que estão mais diretamente relacionadas com a vulnerabilidade à pobreza energética, surgem com muita frequência a resolução dos problemas de humidade, seguindo-se, com menor frequência, referências à necessidade de reparações nos telhados, substituição de janelas e portas, colocação de isolamento nas paredes e instalação de aquecimento central ou sistema de climatização. Alguns entrevistados referiram ainda a necessidade de substituir (ou finalizar) pisos, rebocar paredes, colocar placa no teto ou telhado, forrar o sótão, instalar Pladur nas paredes e tetos, limpar caleiras, reparar infiltrações e colocar (ou reparar) estores.

Como consequência das baixíssimas condições de habitabilidade por vezes verificadas, alguns entrevistados referiram que costuma chover dentro das suas casas.

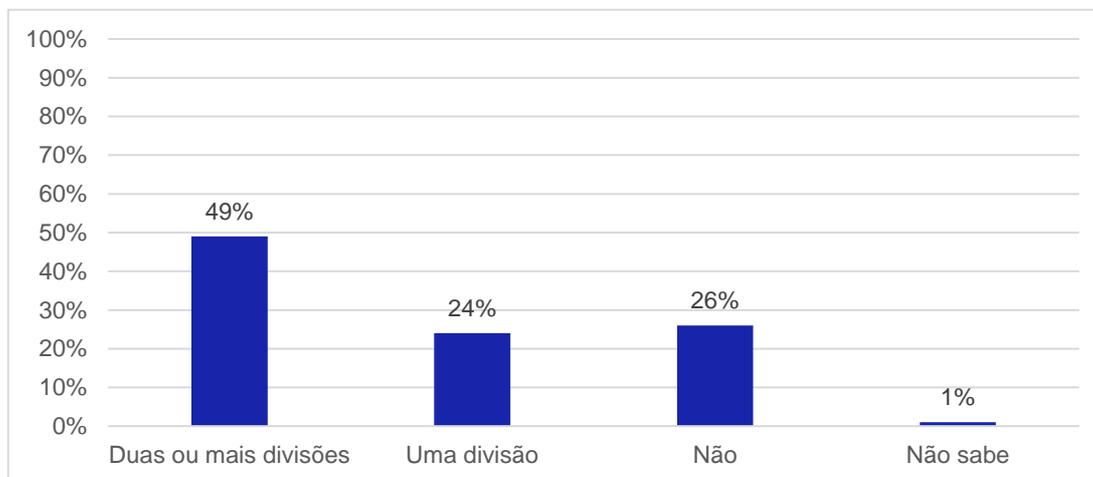


“Eu queria era uma casinha, que me dessem uma casinha, porque dão tantas casas aos ciganos, e não há meios de me darem uma casa, porque aqui passamos muito frio, muito frio e muita chuva. Dentro de casa tenho dias em que eu ando toda molhada aqui dentro. (...) Chove tudo, chove tudo, tudo por todo o lado... E lá dentro no quarto tenho uns oleados por cima das camas, uns alguidares, mas mesmo assim ainda molha as camas todas. Estão todas molhadinhas... (...) é muito triste a gente estar a comer e a chuva a cair-nos dentro do prato do comer.” (E11)

“Olhe, se eu pudesse, eu mudava era o telhado para não chover cá dentro de casa. Isso é uma coisa que eu queria mesmo.” (E26)

Numa tentativa de quantificação das respostas obtidas, verifica-se que três quartos dos agregados familiares entrevistados admitem ter humidade nalguma das divisões de casa. Quase metade referiu que a humidade afeta pelo menos duas das divisões da habitação, sendo que apenas 26% disse não ter este tipo de problema em casa (Figura 10).

Figura 10. Agregados familiares da amostra com humidade em casa (n=100)

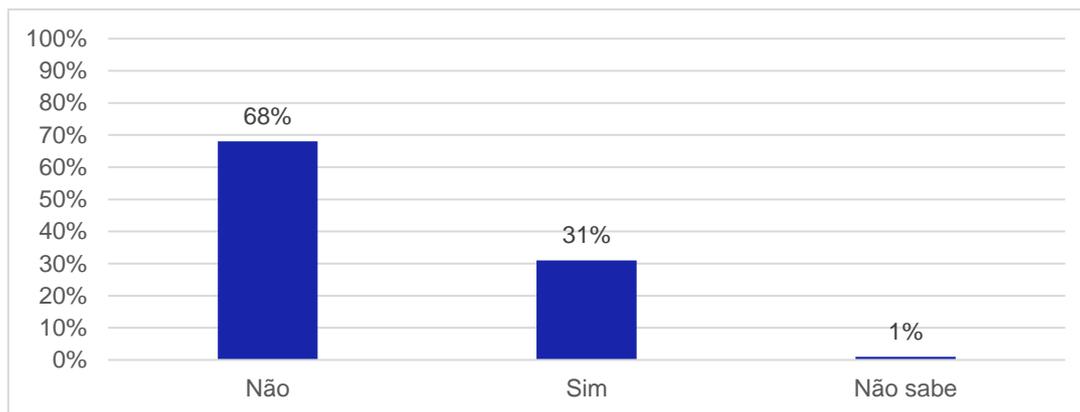


No que diz respeito à existência de brechas nas janelas ou portas ou fendas na habitação por onde entre ar do exterior, a maioria dos entrevistados não reconheceu ter problemas significativos, embora entre os que o fizeram esses problemas tivessem um impacto negativo considerável no conforto da habitação em que vivem atualmente (Figura 11). Alguns dos entrevistados que vivem agora em



alojamentos de habitação social relataram ter vivido anteriormente (por vezes até há pouco tempo) em barracas ou habitações muito precárias.

Figura 11. Agregados familiares da amostra com brechas ou fendas em casa por onde entra ar do



exterior (n=100).

Na tentativa de impedir o frio de entrar em casa através de frestas ou fendas – e sem recorrer a despesas maiores como a substituição de janelas ou portas – alguns entrevistados disseram que usam rolos ou até trapos para tentar vedar essas frestas.

Quanto às razões que impedem a realização das obras necessárias, a mais frequentemente indicada é a falta de dinheiro, mas também o facto de se tratar de uma habitação arrendada – o que não só desencoraja o inquilino de custear ele próprio as obras como também enfrenta a lentidão, resistência, alheamento ou não autorização por parte dos senhorios (que por vezes são pessoas idosas ou não têm possibilidades económicas) e, inclusivamente, dos decisores responsáveis pela habitação social.

“Elas [representantes da gestão do bairro social] vieram aqui e disseram «Ah! Quem deu autorização para pintar a sua casa?». Não preciso de autorização para pintar a minha casa!” (E98)

Outros impedimentos à realização de obras referidos menos frequentemente nas entrevistas dizem respeito a dificuldades técnicas ou à necessidade de realizar outras obras previamente. A situação na vida – por exemplo, indivíduos muito idosos ou jovens que pretendem mudar de casa no futuro – foi também referida como razão para não realizar obras em casa. Por vezes somam-se diversos



impedimentos à realização das obras que seria necessário fazer, o que sobretudo no caso de idosos cria um sentimento de insegurança relativamente à sua casa.

“E depois é que há pessoas que me dizem: «Olha que o teu chão está-se a... o sobrado está-se a desviar». «O quê?!» Eu até me ponho a dizer: «Está-se a desviar como?» (...) «Está-se a desviar como? A desviar para aonde?» É que me deixou aí aflita, que eu não entendo nada, só que sei perfeitamente que este chão por onde a gente anda baloiça tudo, não é?” (E71)

Por vezes surge também nas entrevistas um elevado nível de resignação, apesar da evidente falta de conforto da habitação, como é o caso de um pai de dois filhos menores, desempregado, com um rendimento mensal que não chega a 700 euros (a mulher é ajudante de cozinha), que apesar de viver num antigo compartimento para alfaias agrícolas, reconstruído há dez anos mas ainda com o piso em cimento e sem instalação elétrica, diz rindo-se:

“Ah, tenho de estar satisfeito [com a minha casa], porque não tenho mais nenhuma.” (E59).

Ou uma senhora idosa que vive sozinha e mal pode pagar a renda de 120 euros, mas sente-se satisfeita porque, apesar do frio, da humidade e do telhado por reparar, ao contrário do que acontecia na casa onde morou anteriormente, nesta já não tem água da chuva a cair-lhe em cima:

“Entrevistadora: Sente-se confortável cá em casa?”

Então, que remédio! Que remédio! Também não arranjo outra com o preço desta, que remédio tenho eu!” (E76)

B. Perceção do desconforto térmico em casa

Duas das perguntas-chave do guião de entrevista consistiam em saber se os entrevistados consideravam as suas habitações frias no inverno ou quentes no verão. Estas apreciações, embora subjetivas e variáveis dentro dos próprios agregados familiares, indicam claramente o grau de desconforto térmico sentido. Este desconforto pode, por sua vez, indicar o nível de incapacidade do agregado familiar para fazer face a essas condições e, assim, a sua vulnerabilidade à pobreza energética.

A maior parte dos entrevistados referiu sentir desconforto térmico nas suas habitações, tanto de inverno como de verão. No conjunto das cem entrevistas, um pouco mais de metade (56) dos



agregados familiares referiram que a casa onde vivem é fria ou muito fria no inverno e quente ou muito quente no verão. Um número mais reduzido (28) referiu que a casa é desconfortável apenas numa destas estações, sendo que o número dos que alegaram que a casa onde vivem tem um comportamento térmico agradável no verão ultrapassa o dobro do que os que disseram o mesmo relativamente ao inverno. Apenas 16 agregados familiares estavam satisfeitos com o comportamento térmico da casa tanto de inverno como de verão, sendo que parte destes apenas conseguiam alcançar temperaturas amenas de inverno mantendo permanentemente a lareira acesa (ou alguma forma de aquecimento central) nos dias frios (Quadro 9).

Quadro 9. *Perceções dos entrevistados da temperatura em casa, de inverno e de verão, por agregado familiar (n=100)*

Habitação		No inverno		
		Muito fria	Fria	Amena
No verão	Muito quente	19	11	4
	Quente	7	19	4
	Amena	9	11	16

Estes dados mostram a extensão do desconforto térmico sentido em casa na amostra, devendo salientar-se que indicam também a intensidade desse desconforto, sobretudo entre os 37 agregados familiares para quem a casa em que vivem é fria ou muito fria no inverno e simultaneamente quente ou muito quente no verão, ou seja, termicamente desconfortável sempre que o tempo é mais frio ou quente. Algumas expressões utilizadas pelos entrevistados são ilustrativas deste desconforto:

“Olhe, no verão tem alturas que... a gente não podemos cá estar dentro. Se é quente! E tem outras alturas em que está frio que nem um cão, que vamos para o solinho [na rua] para aquecer. Isto aqui é pior que uma arca frigorífica, esta casa é pior que uma arca frigorífica. Não se pode aqui viver.” (E11)

“Até desaparecer [o sol] bate sempre ali. No verão é muito quente. Parece um forno.” (E2)

“(...) no verão o sótão queima! É quente. No inverno é gelo, é o Polo Norte.” (E24)



“Ah, isso aqui [as casas] são mais frias do que quentes! Nesta região são mais frias do que quentes. Tem de se ter uma boa lareira e um bom aquecimento, se não é complicado.” (E54)

“Isso aqui, olhe... A minha casa é climatizada [ironiza], no verão é um forno, no inverno é um gelo! É assim...” (E71)

Esta perceção é, naturalmente, subjetiva e os próprios entrevistados admitem algumas diferenças sentidas entre os membros de alguns agregados familiares – sobretudo a respeito do género e da idade, sendo por vezes as mulheres caracterizadas como “frioentas” e as crianças como nunca tendo frio, bem como o efeito das suas características fisiológicas ou estado de saúde – que podem condicionar fortemente a apreciação que cada um faz do conforto térmico da sua casa:

“Eu até nem sou friorento, a mulher é que tem necessidade. Logo à noite tenho que pôr ali o calorífico a aquecer porque ela treme de todos os lados.” (E1)

“Eu tenho sempre muito calor, portanto a minha casa está sempre na temperatura ideal. Eu, radiador, nunca o ligo! E de verão, pensei que iria ser muito quente, mas também não achei. Como o chão é todo de pedra, a casa tem sempre uma temperatura ideal para mim... Eu tenho sempre muito calor! Não ando cá muito agasalhada todo o ano...” (E6)

“(...) a minha casa é sempre confortável, tanto de inverno como de verão. De verão é muito fresquinha e de inverno não passo aqui frio. Não passo frio. (...) Eu sou um gajo muito enalorado. Raramente ou nunca tenho frio. Sou muito enalorado. E então, tanto de inverno como de verão eu durmo todo nu.” (E12)

Frequentemente os entrevistados atribuem às características da casa ou a aspetos da sua construção a principal razão para que as casas sejam frias ou quentes. Entre essas características foram referidas a altura (pé-direito) da casa, o facto de estar junto à cobertura do prédio (“é um último andar, já se sabe!” - E10), o telhado ser de fibrocimento (“Lusalite”), ter o piso em tijoleira, estar muito exposta ao sol, ao vento, à humidade, não ter “proteção” (isolamento nas paredes) ou ter correntes de ar (por exemplo devido à existência de uma chaminé). O mau estado de conservação da casa – como o telhado estragado, a existência de janelas partidas, deterioradas ou com frestas ou ainda “brechas por todo o lado” (E4) – ou a “má [qualidade de] construção” (E86) foram também referidos algumas vezes. A localização da casa – junto a uma serra, um rio, uma nascente de água, um jardim ou numa zona baixa, por exemplo – foi também indicada como uma justificação para o desconforto térmico.



Num caso, em que a habitação da entrevistada fica entre uma casa que tem lareira e outra que tem aquecimento central, o agregado familiar “praticamente não precisa” de aquecimento em casa (E91).

Noutros casos, o desconforto térmico sentido em casa é desvalorizado. Alguns entrevistados referiram dar-lhe pouca importância por estarem “habituaados” (E45) ou por disporem da possibilidade de minorar esse desconforto por estarem “agasalhados” (E18) ou terem “roupa para se tapar” (E17). Estes casos indicam um processo de normalização do desconforto térmico, que condiciona as expectativas destes agregados familiares e o que consideram aceitável.

Na amostra encontraram-se ainda algumas situações diferentes, em que os pais evitam a utilização de equipamentos para aquecer ou arrefecer o ambiente como forma de proteger algum dos membros da família – pelo menos quando este está presente – são sobretudo casos de doenças, como crianças com asma, uma vez que os processos de climatização do ambiente podem originar uma crise. Uma outra situação bem diferente é a de quem defende um estilo de vida austero por acreditar que é o mais saudável:

“Repare, aquecedores é coisa de agora. As crianças têm de ser agasalhadas mediante [as condições atmosféricas]. Na caminha deles, cobertores – [e] acabou! Não há aquecedores! Nem como as pessoas antigas tinham, os sacos de água quente. Esqueça isso! Nem cobertores elétricos, esqueça isso tudo! Está frio, a criança leva um gorro, luvas [gesticula de modo a exemplificar].” (E3)

Entre as razões indicadas pelos entrevistados para o conforto térmico que atribuem à sua casa estão algumas características da construção, como o facto de ter “paredes muito grossas”, de pedra, que não deixam o frio entrar (E1), ter uma boa exposição solar ou o facto de ser uma casa pequena.

C. Práticas de lidar com o frio em casa

As perceções, expectativas e entendimentos dos agregados familiares condicionam as práticas adotadas para lidar com o frio em casa. No entanto, uma dimensão central na configuração destas práticas diz respeito às condições materiais de que dispõem as famílias.

Embora para alguns (poucos) entrevistados seja aparentemente possível assegurar o conforto térmico da sua casa através do recurso ao uso de equipamentos de aquecimento ambiente, para a maioria o recurso a estes equipamentos é insuficiente para atingir uma temperatura confortável, sobretudo devido ao elevado custo financeiro que implicaria aquecer suficientemente a casa (ou partes dela). Alguns entrevistados contam que, depois de uns dias mais frios em que usaram o



aquecedor elétrico, a fatura de eletricidade que receberam foi tão alta que os fez pôr de parte aquele equipamento e não voltar a usá-lo:

“Tenho um aquecimento aí [um aquecedor que se encontra arrumado a um canto], que é a óleo, mas veio uma conta tão grande de eletricidade, credo! Até o arrumei! Juro!

Entrevistador: Pode-me dizer quanto é que foi essa fatura?

Oitenta e dois euros e tal [ri-se]. É de assustar. Arrumei-o! E até disse «vais para o mesmo sítio onde estavas».” (E21)

“Mas é fria, a casa! Ui, como um congelador... e se ligo aqui um aquecedor, você não tem dinheiro para pagar a luz! Esqueça...” (E93)

É muito frequente entre os entrevistados equacionar-se o custo da utilização do aquecimento face ao benefício do conforto térmico e nesta economia térmica muitas vezes a utilização do aquecimento é entendida como um desperdício (ou um luxo) face a outras necessidades consideradas mais importantes para o agregado familiar. Nalguns casos o custo do equipamento também o torna inacessível. Nestes agregados familiares não há propriamente uma desvalorização do desconforto térmico sentido, mas antes uma hierarquização de necessidades em que combater o frio através do consumo de energia não é entendido como uma prioridade. Efetivamente, estes agregados familiares não deixam de adotar práticas de combate ao frio – fazem-no recorrendo a formas passivas, alternativas, centradas no aquecimento do indivíduo em vez do aquecimento do ambiente, que embora não impliquem aumentar as suas despesas com energia, não permitem reduzir satisfatoriamente o frio. Estamos assim perante um quadro típico de pobreza energética, já que as causas mais consensualmente indicadas na literatura científica centram-se nos elevados preços da energia face aos baixos rendimentos das famílias (Bouzarovski e Petrova, 2015).

Algumas citações das entrevistas permitem ilustrar esta situação em que, apesar do frio sentido em casa, as famílias não se permitem recorrer a formas de aquecimento que impliquem consumo de energia. Estas restrições estão associadas à perceção de que os aquecedores são um dos equipamentos domésticos que mais consomem energia.

“Ai, a lenha, senhora... esta lenha... esse dinheiro que vou gastar na lenha dá para eu comer!” (E35)

“Entrevistador: Evita usar algum aparelho por gastar demasiada energia?

O aquecedor a óleo.” (E19)



“Tens que ter outras alternativas, mas é muito complicado porque estas casas são muito... muita humidade! Não têm os forros [isolamento], não têm...” (E23)

“A gente mete assim qualquer coisinha pelas costas ou nas pernas.” (E39)

“Entrevistador: Que equipamentos tem para aquecer a casa no inverno?”

Não tenho nada.

Entrevistador: Não tem um radiador? Não tem...

A gente já gasta tanta luz!” (E43)

“Entrevistador: O que é que a levaria a usar mais o aquecedor?”

Usar mais? Não se usa mais porque a eletricidade já é... é assim, basta a TV, a máquina de lavar, frigorífico e pouco mais, só o aumento do termoacumulador, as TV's, já é assim um bocadinho puxado. Portanto...

Entrevistador: Está-se a referir à conta da eletricidade, da energia?

Exatamente.” (E41)

“Entrevistadora: Que equipamentos tem para aquecer a casa?”

Olhe, os sacos de água quente.

Entrevistadora: Os sacos de água quente? Só mesmo...

É, só mesmo. (...) Meto-me na cama e sabe o que ponho mais? Sabe o que é que eu faço? (...) visto o robe e meto um kispo velho pela cabeça e aqui à frente, por causa do frio que me vem do teto, dos rodapés... (...) Olhe, meto-me na cama com os sacos [de água quente]. E tenho uns bons resultados... é um nos pés e outro nas pernas e é dos lados e tudo.” (E71)

No entanto, nalguns casos a despesa com o aquecimento do ambiente tende a tornar-se uma necessidade justificada quando se trata, por exemplo, de assegurar o conforto dos membros mais vulneráveis (sobretudo crianças pequenas e adultos doentes) ou quando se recebem visitas, como os netos, por exemplo.

As práticas mais frequentes para combater o frio a que recorrem os agregados familiares entrevistados consistem assim, em primeiro lugar, em utilizar o elemento material mais básico, o vestuário, ou seja, vestir “mais uma camisola” (E1), “umas meiazinhas” (E25), xales (E51), casacos



(E13), “muita roupa” (E2) ou um roupão (E10). Alguns referem também usar “meias grossas” (E20) e tipos de calçado que consideram quentes, como botas de lã, forradas com pelo ou “chinelos com pelinho” (E4). Cumulativamente, muitos entrevistados costumam também pôr cobertores ou mantas sobre as pernas, ou embrulhar-se neles, sobretudo quando se sentam no sofá da sala. Uma outra prática comum é ir para a cama mais cedo. Nalguns casos em que têm televisão no quarto, os entrevistados dizem ficar lá a ver televisão até adormecer. De modo a tornar a cama mais quente, alguns entrevistados referem “pôr mais roupa na cama” (E21) (cobertores, mantas, edredões, lençóis de flanela) ou até “fartura de roupa por cima” (E36) e alguns também “pijamas quentes” (E20). Apenas alguns dizem que recorrem a botijas de água quente, sobretudo para aquecer os pés, embora alguns digam usar várias, à volta do corpo, para conseguirem aquecer-se quando estão na cama. Raramente os entrevistados referiram utilizar cobertores elétricos, tendo inclusivamente havido quem rejeitasse firmemente esta tecnologia – “não, não, não, não quero isso” (E35) e quem relatasse ter-lhe acontecido uma vez o seu cobertor elétrico ter deitado “fogo ao colchão” (E58), pelo que nunca mais quis. Uma outra prática referida por alguns entrevistados consiste em recorrer a bebidas quentes, como chás, café ou leite. Houve também quem referisse que para combater o frio trabalham (E59) ou andam “de um lado para o outro” (E62). As seguintes citações são ilustrativas destas práticas e também do modo como o frio é integrado no quotidiano familiar.

“Tenho... às vezes estou aqui no sofá com a minha filha, temos cobertores... O que não me falta aqui são mantas, edredons, cobertores, mantinhas, colchinhas – é tudo e mais alguma coisa. Ela fica para um lado e eu fico para o outro, a gente cobre-se com uma mantinha e está.” (E19)

“Entrevistador: O que mais costuma fazer para se aquecer no Inverno?”

Vou dormir. Vou dormir, que se está melhor do que aqui a apanhar frio.” (E30)

“O meu filho [com dez anos] dorme comigo às vezes. «Vá mãe, hoje vou dormir contigo para te aquecer os pezinhos». Encosta os pés dele a mim e pronto!” (E4)

O custo do consumo energético não é a única razão para evitar o recurso a equipamentos de aquecimento do ambiente ou algumas medidas que contribuam para o isolamento de janelas e portas. É o caso da calafetagem de janelas, que pode dificultar a sua abertura e fecho. No caso das lareiras, a necessidade de limpar após a utilização e o facto de se tratar de uma limpeza que não é fácil torna este tipo de aquecimento pouco apetecível para alguns entrevistados.

“Entrevistadora: Já experimentaram algum tipo de calafetagem das janelas?”



Homem: Já!

Mulher: Não dá, porque depois não deixa fechar as janelas. Não deixa fechar as janelas. Ficam muito apertadas e não dá.” (E2)

Entrevistadora: Costuma acender o lume?

Olhe, este ano ainda não fiz, este ano ainda não fiz. Se a minha filha aí estivesse, fazia, porque ela é muito fria. «Ah, mãe, faça lume. Faça lume, mãe.» «Filha, fica tudo sujo, depois é só pó, só cinza.» «Eu ajudo a lavar.» Conversa, sou eu que tenho de fazer!” (E40)

Mas há também alguns casos de entrevistados que não se sentem confortáveis junto ao calor dos equipamentos de aquecimento da casa, por sentirem por exemplo que aqueles tornam o ar mais seco e que isso afeta-lhes os olhos.

“Não gosto de estar com aquele calor, faz mal aos olhos. Já fui operada a uma catarata. Os olhos parecem que ficam a chorar do calor do calorífico. Faz-me comichão. Sabe o que faço? Tenho uma mantinha. (...) A gente sempre prefere aquele calor natural, da mantinha.” (E5)

Nos casos em que os entrevistados efetivamente recorrem a aparelhos para o aquecimento do ambiente, fazem uma utilização bastante limitada destes equipamentos e circunscrita aos dias mais frios. Apenas nos casos em que os entrevistados têm lareira na cozinha (situação frequente essencialmente nas moradias das freguesias rurais) referem mantê-la acesa durante todo o dia ou a partir do meio da tarde até à hora de deitar. Nalguns casos, além da lareira na cozinha, os entrevistados dispunham também de aquecedores elétricos nos quartos, embora só os utilizem em dias excecionalmente frios. Nas zonas mais frias a lareira é usada de setembro até ao final de maio ou junho. Nos agregados familiares que costumam acender a lareira na cozinha, esta divisão tende a fazer de sala.

“Entrevistador: Por exemplo ontem à noite [início de Abril] ao deitar ligou o aquecedor?”

Não, agora não tenho ligado. Só foi quando foram aquelas geadas grandes.” (E51)

O equipamento de aquecimento mais frequentemente referido pelos entrevistados é o aquecedor a óleo. O segundo mais frequente é a lareira. Outros equipamentos referidos, mas muito poucas vezes, foram fogão a lenha, salamandra, forno a lenha, lareira com recuperador de calor, ar condicionado e aquecimento central a gás. Uma das situações mais frequentes de utilização do aquecedor é ligá-lo à



noite, na sala, durante cerca de uma hora. Outra situação, menos frequente e mais diversificada, é ligar o aquecedor no(s) quarto(s), durante meia hora, cerca de uma hora ou de três a quatro horas. Poucos entrevistados também disseram ligar o termoventilador na sala à noite durante cerca de duas horas ou desde que os filhos chegam da escola, ao fim do dia, até irem dormir. Foi ainda referido por uma entrevistada que, para aquecer a cozinha no inverno, gosta de fazer comida no forno. Uma outra afirmou não usar aquecedor, mas que gosta de aquecer a casa pondo a roupa a secar na máquina de secar roupa e usando o forno para fazer comida (E94).

Diversos entrevistados referiram ainda ter um aquecedor na casa de banho, que ligam cerca de dez minutos antes de tomar banho, enquanto outros podem levar para lá o aquecedor a óleo nos dias mais frios. Nalguns casos, admitiram que deixam a água quente correr até formar vapor, aquecendo assim a casa de banho antes de entrarem na banheira. No entanto, a maioria não tem. E entre alguns dos que têm, não o usam porque consideram que face a todas as despesas que já têm, preferem ter frio do que pagar também esse consumo energético.

“Entrevistadora: Não tem aquecedor na casa de banho?”

Tenho aquele, aquele... eu não sei, deve ser elétrico, mas eu não uso, nunca o usei. Não usei porque a casa de banho... pronto, a água quente já faz muito vapor, já fica muito quente lá dentro! Portanto eu não ligo.

Entrevistadora: Mas quando entra para tomar banho está frio?

Sim. É, mas não ligo [risos]. É, já pago assim tanto, imagine se eu ficar agora a ligar este elétrico a mais ou aquele... já me basta ligar as televisões e ter este ligado ou ligar a máquina e já vir uma conta tão grande... por isso é que eu não ligo.” (E25)

De um modo geral, estas práticas evidenciam uma utilização muito contida de energia para combater o frio em casa, sendo a principal razão evocada para o fazer o seu custo económico.

D. Práticas de lidar com o calor em casa

Embora o desconforto térmico em casa durante o tempo quente afete a maioria dos agregados familiares da amostra, este desconforto parece tender a ser sentido como menos grave que o frio, talvez por ter um carácter mais episódico, associado a ondas de calor. Existe uma menor variedade de equipamentos para arrefecer a casa e as práticas de lidar com o calor parecem mais simples.



No que diz respeito ao desconforto térmico em casa nos dias mais quentes, as práticas mais referidas pelos entrevistados para lidar com o calor consistem em abrir janelas e portas, por vezes de modo a produzir uma corrente de ar, embora alguns entrevistados tendam a evitá-las por terem medo de se constipar. Alguns entrevistados referem também baixar os estores ou persianas, abrir as janelas com as persianas fechadas (de modo a entrar ar pelos buracos das persianas) ou dormir com as portas e janelas abertas. Nalguns casos colocam redes mosquiteiras nas janelas para se protegerem dos insetos quando estas estão abertas. Poucos entrevistados referem fechar as janelas de modo a arrefecer a casa. Alguns salientaram a necessidade de tentar reduzir a incidência do sol nas janelas, seja através de estores no exterior (que pretendem instalar) ou cortinados (ou mesmo materiais improvisados) no interior. Outras práticas referidas consistem em tirar os edredões da cama e deixar só os lençóis ou até dormir por cima dos lençóis. Tomar mais banho – nalguns casos mais do que um por dia – ou tomar banho mais fresco foi também referido. Há ainda quem se limite a usar roupa de verão ou a reduzir o vestuário. Alguns entrevistados que têm varandas ou terraços tendem a usá-los como refúgio do calor em casa, outros saem de casa.

A utilização de equipamentos elétricos tende a restringir-se às ventoinhas, embora também existam alguns casos (poucos) em que os agregados familiares dispõem de ar condicionado em casa. Tal como em relação ao aquecimento da casa, também no que diz respeito ao arrefecimento o principal fator que condiciona a utilização de equipamentos elétricos é o custo da energia, eventualmente associado a uma desvalorização do desconforto térmico. O uso de ventoinhas não é assim generalizado e, além disso, tende a limitar-se aos dias mais quentes e a pouco tempo por dia, embora nalguns casos a ventoinha possa ficar ligada durante toda a noite no quarto. Com mais frequência, no entanto, dizem os entrevistados ser “raro” (E16) ligar a ventoinha. Além das implicações em termos de consumo energético, por vezes este equipamento não parece ser grandemente apreciado, havendo quem não goste do vento (E34) e quem refira que por razões de saúde deve evitar expor-se. Houve ainda quem expressasse ceticismo em relação eficácia das ventoinhas, dizendo por exemplo que trazem “mais ar quente” (E65).

“Entrevistadora: Tem alguma coisa para arrefecer a casa no verão?”

Não, é raro... a única coisa que eu tenho é uma ventoinha. Não faz nada, só circula o ar quente.

Entrevistadora: E liga algumas vezes?

Não. Olha, não... Eu até nem a tenho aqui – não, não.” (E19)



“No Verão temos uma ventoinhazita dessas. Mas chega a uma altura aquilo roda e roda e já não faz nada.” (E48)

“Tenho uma ventoinha, que está ali, que me deu o meu genro. Que está ali bem... deixe cá ver, para aí há uns vinte anos, que está ali empoleirada. Nunca foi utilizada. Está ali.

Entrevistador: Não tem necessidade de a utilizar?

Não, não tenho! Pelos anos [o genro] não sabia o que me havia de dar, deu-me uma ventoinha. (...) Está um ambiente que uma pessoa aguenta, também não é preciso estar uma ventoinha a trabalhar. Primeiro, a eletricidade é cara. Segundo, não tenho assim tanto calor que tenha que ter uma ventoinha a trabalhar. E, se tiver calor, abre-se a janela e a porta. Há sempre solução.” (E1)

“Entrevistadora: Por que não utilizam mais a ventoinha?”

Por uma questão económica... só em caso de urgência.” (E56)

“(...) também não posso ter muito tempo ligada [a ventoinha] porque também consome muito, são coisas... não é? Consome muito, é como o aquecedor... Ligar um bocadinho só para refrescar, quando está muito quente e depois desligo.” (E61)

Num dos agregados familiares da amostra, no entanto, por se tratar de uma casa quente, logo que a temperatura sobe “um bocadinho” (E7) e porque não podem abrir as janelas para não entrarem baratas e porque há barulho na rua até tarde, ligam uma ventoinha na sala à noite e depois uma em cada um dos três quartos durante toda a noite para conseguirem dormir. Outros entrevistados também referiram o dilema de abrir as janelas para refrescar a casa à noite, mas isso possibilitar a entrada de melgas. Nalguns casos os entrevistados podem ter as janelas abertas mas deixam as persianas fechadas para impedir que entre “bicharada” (E62) em casa (moscas, gatos).

O custo da aquisição dos equipamentos é para alguns dos agregados familiares entrevistados um impedimento. Mesmo um aparelho relativamente barato como uma ventoinha pode não ser acessível ou não ser considerado realmente necessário.

“Entrevistadora: Então e o que é que faz para arrefecer a casa?”

O que é que faço? Abro as portas.

Entrevistadora: Tem ventoinhas?

Tinha uma, estragou-se.



Entrevistadora: Já não comprou outra?

Não. Não chega, filha, o ordenado, a reforma, não chega para tudo. E então..." (E40)

"Eu de verão transpiro muito, eu transpiro muito, sou muito... se eu tivesse ali uma ventoinha, uma ventoinha, está a ver? Aliás, já tive uma, mas durou uns anos e depois deu o berro e eu não tive possibilidades de comprar mais nenhuma. Refrescava-me e refrescava-me principalmente ali no quarto (...) Deixava a janela assim sempre um bocadinho aberta (...) e pronto, refrescava-me mais, não é? Era uma das coisas que eu até precisava." (E12)

"Entrevistador: O que levaria a usar, por exemplo, um ar condicionado?"

Sei lá... era ter... como explicar? Só se tivesse muito dinheiro. Fora disso não é para usar." (E15)

No entanto, a respeito do calor há outros fatores a que alguns entrevistados dão bastante importância, como é o caso da existência de doenças respiratórias, como asma ou bronquite, ou alergias ou ainda a presença de pessoas idosas vulneráveis a pneumonias, que são frequentemente evocadas tanto como justificação para não usar ventoinhas como motivo para tentar arrefecer a casa, já que tanto o calor como o vento podem desencadear crises e mal-estar.

Um outro fator importante é o sentimento de insegurança, que sobretudo no caso das moradias ou apartamentos ao nível do rés-do-chão pode impedir os agregados familiares de manter as janelas abertas para facilitar a circulação do ar e assim arrefecer a casa.

"Sim, também se abre as janelas..., mas depois, chega a uma certa hora, gosto muito de dormir com a janelinha fechada, que é para não... Aqui a minha aldeia tem um problema que é na altura do verão tem muitos imigrantes – romenos, sírios, coisas assim – e a gente tem muito medo. E nem sequer conseguimos ter nada aberto porque temos medo que assaltem, porque o ano passado, por acaso, houve um caso, que assaltaram um vizinho meu. E então, gosto muito de dormir descansada com a janelinha fechada." (E31)

"Eu às vezes abro uma janela para apanhar um ar, entram rapazes aqui. Isto já é uma televisão velha, antiga. Já estive aqui um plasma, [mas] já se meteram aqui dentro para roubar. Até da casa do vizinho podem entrar para esta janela. (...) E aqui, à noite, isto aqui é problemático. Vêm para aí os ciganos, é tudo ganza." (E93)



“Normalmente não uso [a ventoinha], mas se estiver assim uma noite mais quente, que seja mais abafado, e como só tenho quintais de volta, eu tenho um bocado de medo (...). Abro um bocadinho a janela, mas mesmo assim quando está abafado, aí é que calha ligar. Mas é muito difícil ligar a ventoinha, muito, muito difícil.” (E68)

E. Perceções, práticas e dinâmicas familiares referentes ao consumo energético dos equipamentos domésticos

Através do guião de entrevista pretendia-se aferir que perceções têm os agregados familiares relativamente ao consumo energético dos equipamentos domésticos. Embora as respostas estejam dependentes da existência destes equipamentos em casa dos entrevistados (por exemplo, nem todos têm termoacumulador ou arca congeladora) e também da frequência com que os usam, uma observação importante diz respeito à diversidade das respostas obtidas. Esta indica não haver um conhecimento público consolidado a este respeito, apesar de também haver indícios de que alguns equipamentos, como é o caso do frigorífico ou do termoacumulador, apesar de não consumirem energia de forma tão evidente como outros (especialmente os aquecedores elétricos) por estarem sempre ligados e, assim, o seu consumo energético tornar-se invisível, começam a fazer parte do senso comum como sendo dos mais consumidores:

“Pelo que dizem, acho que é o frigorífico.” (E90)

“Não sei, filha! Há quem diga que é o cilindro [termoacumulador]...” (E70)

“Oíço dizer, se tenho uma arca frigorífica, que ela gasta mais.” (E84)

Muito frequentemente os entrevistados hesitaram em responder e expressaram dúvidas a este respeito, enquanto nove deles admitiram não ter ideia nenhuma sobre que equipamento gastaria mais energia. Em dois casos, pelo contrário, os entrevistados tinham estudado o consumo dos seus equipamentos domésticos, recorrendo inclusivamente a medidores, pelo que sabiam dizer quais gastavam mais. A tabela seguinte indica o número de vezes que cada equipamento doméstico foi referido (Quadro 10).

Uma forma básica de perceção do consumo elétrico dos equipamentos em casa usada pelos entrevistados consiste na observação da velocidade a que roda o contador da eletricidade. O facto de alguns eletrodomésticos fazerem disparar o quadro da eletricidade quando são usados em simultâneo com outros que apenas ocasionalmente são ligados (como um aquecedor elétrico e o



forno, por exemplo) também contribui para criar a perceção de quais são os equipamentos que mais consomem.

“Entrevistador: Tem noção do aparelho que tem em casa que gaste mais energia?

O fogão e o cilindro [termoacumulador], sem dúvida. O cilindro só gasta mais quando está ativado, [aí] é que pode puxar mais, acho eu. O fogão ou o forno, quando se liga, aquilo [o contador] começa a disparar bastante.” (E64)

Quadro 10. Equipamentos domésticos referidos pelos entrevistados como sendo os que mais consomem energia nas suas casas (n=100)

Equipamento	Número de entrevistados que o referiram
Frigorífico	17
Forno	14
Aquecedor	14
Arca congeladora	11
Máquina de lavar roupa	9
Termoacumulador	9
Ferro de engomar	9
Micro-ondas	9
Máquina de secar roupa	5
Lâmpadas	5
Televisor	3
Secador de cabelo	3
Alisador de cabelo	2
Placa de cozinha	2
Esquentador	2
Cafeteira elétrica	2
Box de televisão	1
Fritadeira	1
Torradeira	1
Grelhador	1

As entrevistas permitiram ainda observar como a noção do consumo energético é mais precisa quando os utilizadores recorrem ao gás engarrafado. Neste caso, a existência de botijas que, quando acabam, têm de ser substituídas, ao contrário do que acontece com a eletricidade ou o gás



canalizado, cujo fornecimento é contínuo, e ainda a utilização destas botijas em mais do que um tipo de equipamento – geralmente o fogão e o esquentador – que têm consumos bastante diferenciados, permite que os utilizadores comparem estes diferentes ritmos de consumo e assim adquiram uma perceção mais rigorosa destes gastos energéticos. Esse conhecimento prático permite-lhes controlar e gerir esses gastos, por exemplo aproveitando uma botija quase vazia, que já não tem gás suficiente para o esquentador, mas que ainda serve para o fogão, uma vez que este exige menos gás. Assim, em situações em que os agregados familiares não têm dinheiro para comprar uma nova botija de gás, podem recorrer ao gás do fogão para aquecer a água com que tomam banho. Esta capacidade de controlo oferecida pelo gás engarrafado pode inclusivamente constituir um fator de preferência por este tipo de energia.

“Entrevistadora: Já lhe aconteceu deixar de tomar banho só para poupar gás?”

Já me aconteceu – para poupar gás, não – mas já me aconteceu faltar o gás e eu acender o lume, e aquecer uma panela de água, pôr num alguidar e tomar banho. Muitas vezes já me tem acontecido porque não tenho dinheiro, muitas vezes, para comprar o gás. (...) No fogão [a botija de gás] dura mais tempo porque o esquentador gasta muito.” (E11)

“Olha, nós tínhamos gás canalizado mas desistimos, que era... a gente controla melhor o gás por botija.” (E23)

Há, no entanto, alguns entrevistados que não querem ter gás engarrafado em casa por medo do risco de explosão.

“Eu na outra [casa] utilizava botija de gás, mas aquilo é uma bomba dentro de casa. De maneira que eu acho muito melhor usar a eletricidade.” (E6)

Pretendia-se igualmente saber se quando compram aparelhos elétricos os entrevistados já tinham escolhido ou costumavam escolher algum que fosse mais eficiente a gastar energia, mesmo que fosse mais caro. Procurava-se perceber o seu nível de familiaridade relativamente à classificação energética dos equipamentos domésticos e se esta era um dos seus critérios de compra. No entanto, os resultados obtidos mostram em primeiro lugar que uma grande parte dos agregados familiares da amostra não tem comprado qualquer equipamento doméstico nos últimos anos. De facto, muitas vezes estes equipamentos foram comprados há muitos anos (frequentemente quando mudaram para aquela casa) ou então têm-lhes sido oferecidos, seja pelos filhos quando estes compram um novo para si próprios ou por outros familiares, amigos ou vizinhos, podendo também ter sido encontrados



no lixo. Outra observação a fazer é que vários entrevistados referiram ter equipamentos domésticos que deixaram de funcionar e nunca foram reparados ou substituídos, essencialmente por falta de dinheiro.

“É como vê, tudo o que cá tenho [em casa], é tudo velho. Tudo velho! O aquecedorzito que cá tenho é isto [aponta para um aquecedor a óleo]. E um botão já nem dá, já só dá um.” (E76)

“Não compro nada. Não tenho dinheiro para essas coisas. Se me oferecerem... Isso [a televisão] foi oferta. E a máquina [de lavar roupa] foi do lixo. Mandei-a compor... dei trinta euros. E o micro-ondas também.” (E93)

A maioria dos entrevistados declarou não ter em conta a classificação energética dos eletrodomésticos no momento da compra. Muitos responderam que escolhem sempre o mais barato, alguns evitaram responder dizendo que são outros membros da família que tomam essas decisões e uns quantos declararam que não compram novos aparelhos, contentando-se com o que já têm. Houve ainda três que mostraram não ter qualquer conhecimento sobre a classificação energética. Apenas dez pessoas responderam que escolhem equipamentos com a classificação A+ (ou superior), tendo havido quatro que responderam ambigualmente que escolhem o que consome menos. Alguns outros referiram circunstâncias em que podem escolher tendo em conta a classificação energética (como quando se trata de comprar um frigorífico) e um pequeno número (três) disse que dá atenção à etiqueta energética, mas decide com base em critérios como a durabilidade, relação preço-qualidade ou marca.

“Entrevistador: Quando vai a uma loja de eletrodomésticos já observou a etiqueta da eficiência energética?”

Já, já! Escolho o mais económico.

Entrevistador: Mesmo sendo mais caro?

Mesmo que seja alguma coisa mais cara, o mais económico. Para beneficiar depois.” (E54)

“A gente procura sempre ver essas coisas, [mas] depois é a questão do preço é que conta.

Entrevistador: O preço é que é determinante?

Exatamente.” (E41)



“Entrevistadora: Alguma vez deu atenção à classificação dos eletrodomésticos?”

Eu não. É o mais barato!” (E16)

“Não. Nunca me despertou nada... Porque eu também é raro entrar [numa loja de eletrodomésticos], por isso...” (E59)

“Não. Há muito tempo que não tenho comprado nada, não vejo.” (E37)

“Não percebo isso...” (E35)

“Não faço caso disso!” (E30)

No que diz respeito à eficiência das lâmpadas, os resultados indicam que a existência de modelos mais eficientes do que as lâmpadas tradicionais, faz amplamente parte do conhecimento público. De facto, encontram-se nas entrevistas muitos casos de agregados familiares que dizem ter substituído as lâmpadas tradicionais que tinham em casa por “economizadoras” ou LED. No entanto, alguns afirmaram que, apesar de saberem que há lâmpadas mais eficientes, estas estão fora do seu alcance por serem bastante caras, pelo que compram as mais baratas que encontram.

“Isso a gente vê na televisão... aquelas luzes, aquelas lâmpadas... mas quando vou ao supermercado comprar as lâmpadas, eu até... «Deixa lá as lâmpadas!»

Entrevistador: Pois, elas são caras.

Não são caras, são caríssimas!” (E42)

“Entrevistadora: Que tipo de lâmpadas tem cá em casa?”

Eu acho que são as mais baratas [ri-se]. Vou sempre às mais baratas. Vou à loja dos chineses, é as que forem mais baratas, é as que eu trago.” (E92)

“Eu sei que devia ter aquelas lâmpadas que consomem menos, mas é assim... eu sei que são muito caras, neste momento não tenho grande disponibilidade. Também, para a luz que eu gasto, sinceramente... é o que eu digo, é esta lâmpada [que uso] – e uma lâmpada que [só] ligo à noite.” (E66)

A iluminação da casa é um tópico a que os agregados familiares geralmente dão atenção. Tradicionalmente o consumo doméstico de eletricidade estava relacionado sobretudo com a iluminação, dado que os eletrodomésticos foram sendo gradualmente introduzidos no mercado, pelo que entre as gerações mais velhas “a conta da luz” está ainda muito associada às lâmpadas acesas. Talvez por esta razão seja muito frequente os entrevistados referirem o cuidado que têm em apagar



as lâmpadas desnecessariamente acesas em casa. Entre os hábitos de poupança de energia relatados pelos entrevistados, os mais comuns consistem assim em reduzir a iluminação ao mínimo. Muito frequentemente dizem não acender qualquer lâmpada quando veem televisão à noite. E nalguns casos em que entra claridade em casa proveniente da iluminação pública, aproveitam essa luminosidade para não acender lâmpadas em casa. No entanto, face aos esquecimentos ou diferentes necessidades de iluminação dos vários membros dos agregados familiares, as lâmpadas acesas tornam-se muito frequentemente um ponto de contenda.

“Nós... às vezes, faz escuro, na cozinha está um bocado escuro, mas é raro que eu ligo.” (E14)

“Quando vejo uma luz [acesa], apago. Ele acede e eu apago. Já vem de mim, sou poupada. Já quando era com os meus pais, era até à última. A minha mãe era até à noitinha, noitinha, é que acendia uma luz. Mesmo no escuro. Enquanto não estava [escuro em casa], não acendia. Ela era poupada. E assim é que é bem! Se a pessoa se põe a acender tudo... Está ali o contador!” (E62)

“Olhe, aquela [lâmpada à entrada] só a ligo quando entro pela porta [de casa] dentro. Lá em cima, nos quartos, eu é só entrar no quarto e fecho a luz. É só na casa de banho, é que está mais aberta.

Entrevistadora: Também ligam [a luz] aqui [na sala] à noite?

Não, é só da televisão.” (E16)

Alguns entrevistados, porém, manifestaram incerteza relativamente à verdadeira eficiência de apagar luzes, se estas voltarem a ser ligadas pouco tempo depois:

“Pois, «Apaguem as luzes!» - é o que a gente diz logo. Mas se a gente apagar e acender, gasta mais energia do que se uma lâmpada estiver acesa, não é?” (E33)

Curiosamente, as entrevistas permitiram verificar também que mesmo os entrevistados mais rigorosos relativamente aos consumos desnecessários podem abrir exceções e admitir deixar uma lâmpada acesa por causa dos seus animais de estimação:

“À noite é o mínimo [de lâmpadas acesas]. A gente basicamente é o mínimo. A [minha] esposa trabalha. Eu, à noite... este! [Aponta para um candeeiro no corredor, que deixa aceso quando saem de casa]. Porquê? Por causa da minha cadelinha! Que ela põe-se



aqui [à porta de casa] quando a gente sai. Ela fica aqui. (...) O mínimo! Porque é caro! Caro! Caro!” (E3)

Em contrapartida, alguns admitem deixar o televisor ligado todo o dia. Dado que a televisão é muitas vezes considerada uma companhia, e constitui efetivamente uma das mais importantes formas de entretenimento, esse valor que lhe atribuem parece explicar a sua aceitação do custo energético associado ao seu funcionamento. Alguns entrevistados consideram que os televisores são pouco consumidores de energia. No entanto, para outros que consideram o consumo energético do televisor um dos maiores da sua casa, o valor que atribuem ao entretenimento proporcionado pela televisão justifica essa despesa.

“Eu, para ser sincera, procuro não ser esbanjadora. Estar sempre com as luzes todas acesas – não, acendo quando preciso e apago quando saio. O que gasta mais é a televisão, que tenho quase todo o dia [ligada], desde que eu esteja em casa, ela é a minha companhia. É onde eu gasto mais energia. Porque de resto, não. Tenho muitos aparelhos elétricos, mas não os estou sempre a usar.” (E8)

“Entrevistadora: Costumam deixar os aparelhos [elétricos] ligados mesmo que não estejam a utilizar?”

A televisão, sempre! Só a desligamos à noite, quando vamos para a cama.

Entrevistadora: E as luzes, costuma deixar ligadas?

Não. As luzes, não. “ (E89)

“Embora a minha tia esteja todo o dia em casa, o que ela gasta é a televisão e a televisão pouco ou nada gasta de eletricidade.” (E89)

“A televisão não gasta muito.” (E48)

“Mulher: A televisão gasta luz?”

Homem: Pois gasta! Um pouco, gasta um pouco...” (E77)

“(...) é a minha guerra com a minha filha, é essa, porque ela vai à casa de banho e deixa a luz acesa.... Vai... eu tenho de andar sempre: «Vai apagar a luz da casa de banho! Vai apagar a luz!» Eu ando sempre... peço sempre a ela para apagar a luz. (...) Não, eu, não é sobre a eletricidade dela ver televisão ou assim... eu discuto com ela, é ela deixar as luzes [acesas]. (...) deixa tudo aceso. E a minha guerra com ela, é essa. Porque o ver televisão, não é pela eletricidade que ela gasta, eu posso ralhar com ela



pela televisão se ela tiver outros afazeres e não os estiver a fazer por causa da televisão, agora, ela estar a gastar ou não, não é por aí. Ou se ela estiver na *PlayStation*, ou... nunca impliquei com ela de ela estar a gastar energia por alguma coisa que ela estivesse a fazer.” (E19)

O cuidado em apagar lâmpadas desnecessariamente acesas está efetivamente associado a frequentes comentários ou reprimendas entre os membros dos agregados familiares, sobretudo quando os mais novos são menos cuidadosos. Além de muitos jovens não se mostrarem tão preocupados com a poupança de energia como os adultos, tendem também a usar mais ou menos intensivamente os media eletrónicos. Por outro lado, o facto de os mais jovens viverem num contexto de desenvolvimento económico muito diferente daquele em que viveram as gerações mais velhas quando eram jovens deixa-os menos predispostos a compreender o valor da privação material. Nalguns casos em que os agregados familiares têm mais dificuldades económicas, o único equipamento eletrónico de entretenimento é a televisão, não existindo computadores ou consolas de jogos. No entanto, é muito frequente existirem televisores em cada um dos quartos dos agregados familiares.

“Entrevistador: Há alguma coisa que costume fazer para gastar menos energia?”

Desligar as luzes. As crianças deixam as luzes ligadas... com a pressa de ir ver a televisão e esquecem-se. Mas como agora temos luz lá fora, não é preciso luz. Mas você vai a casa dos meus pais, não há luz! Eles estão ali quase no escurinho. E nós chegamos lá, temos de ligar! [ri-se].

Entrevistador: Nota essa diferença geracional de consumos energéticos?

Sim, sim. Antigamente havia problemas.... Acho que, em termos de geração, só chamavam a atenção uma vez: «Olha a luz!». Não podia se esquecer! Agora não, podemos dizer isso, mas agora é preciso uma, três ou quatro tentativas para entrar na cabeça [dos filhos] ...” (E83)

“Entrevistadora: Em casa o [seu] filho costuma estar de acordo com o modo como gastam energia?”

Não concorda muito. Ele tem muitas luzes acesas pela casa toda. E eu, ando sempre atrás dele a apagar as luzes. E estou sempre a avisar para apagar as luzes, porque a conta ao final do mês... (...) ele por onde passa deixa tudo aceso. Só por causa disso!

Entrevistadora: Neste caso o seu filho usa muito a televisão, o computador, a consola?



Usa imenso o computador e o telemóvel. O computador e o telemóvel.

Entrevistadora: E costuma deixá-los ligados?

Sim, constantemente. E o telemóvel ligado à corrente. Tudo acesso pelo corredor fora!” (E66)

“Entrevistadora: Os seus filhos usam muito a televisão, as consolas, o computador?

Todos os dias! Todos os dias, horas e horas! Elas até dormiam com a luz acesa, mas eu comecei a desligá-la porque acho que é um exagero. Agora os computadores ficam todos com as fichas metidas. Computadores e telemóveis.” (E94)

“Andamos sempre atrás deles [filhos] e estamos sempre a falar sobre isso para não manter... exatamente, as coisas ligadas e desnecessariamente.” (E41)

Para alguns pais que temem os riscos que os filhos correm fora de casa, a utilização dos media eletrónicos constitui uma forma de os controlar, mantendo-os aparentemente em segurança, pelo que o consumo energético destes equipamentos é desvalorizado, mesmo que implique outras formas de privação devido às dificuldades económicas da família. Outros, pelo contrário, preferem não ter internet em casa para evitar esse consumo, ainda que os filhos tenham de sair de casa.

“Eu tenho três televisões... só ponho a funcionar uma, porque eles [os filhos] têm *PlayStation*, a minha filha passa [tempo] no computador ou então vai para o *tablet* que o pai dela lhe ofereceu, eu vou trabalhar para o computador (...). Eu não gosto dos meus filhos na rua, isso é a primeira coisa, prefiro ficar sem comer, mas os meus filhos estarem em casa (...). Estamos a fazer um esforço para os miúdos não se misturarem [com outras crianças].” (E45)

“Entrevistadora: Evita usar algum aparelho para não gastar muita energia?

Evito. Evito muitos aparelhos.... Evito elas [filhas] não terem internet, que vão gastar quando querem. Vão ao café e pronto, têm net!” (E74)

Outras formas de consumo que também foram referidas nas entrevistas como estando na origem de divergências entre os membros dos agregados familiares são a utilização do aquecimento e a duração dos duches. Na maior parte das vezes são os pais – dado serem quem paga as faturas – que procuram limitar os consumos energéticos dos filhos. As diferentes atitudes entre os membros do agregado familiar em relação a estes consumos são muitas vezes uma das principais fontes de discórdia a respeito da energia em casa.



“Entrevistadora: E costuma estar de acordo com o seu filho em relação ao consumo de energia?”

Ah, sim, que às vezes mando vir com ele, não é? «E vê lá!» «Oh mãe e não sei quê!». E eu: «Olha, andas a gastar!» «Oh mãe, este aquecedor não gasta muito, é pequenino e não sei quê». Pronto, é assim. (...) «Ah, lá estás tu!» [reclama o filho].” (E24)

“Isso [o tempo que as filhas demoram a tomar duche] também é horrível. «Iara, sai do banho!» «Só mais um bocadinho!» «A tua irmã depois não tem água quente!» «Não tenho nada com isso.» (E31)

“(…) os meus filhos sempre agarrados... - essa é uma discussão que tenho com eles, e que tem a ver com o consumo –, banhos de meia hora! E sempre agarrados aos computadores, dois e três computadores cada um!” (E82)

“(…) [o meu irmão] passa a vida no computador, a fazer trabalhos para escola. Está sempre a ligar as colunas e tudo mais. É terrível! E depois está numa idade, dezassete anos, tem de andar sempre nos trinques [ri-se]. Tenho de berrar muitas vezes com ele! Muitas vezes punha-me a máquina a lavar só com umas calças, porque não tinha mais roupa para pôr a lavar, mas queria aquelas calças.” (E91)

No entanto, alguns entrevistados referem que também os filhos têm já incorporado o hábito de cortar consumos energéticos desnecessários, o que parece acontecer sobretudo em agregados familiares cujos rendimentos são claramente insuficientes. Nestes casos os filhos podem inclusivamente podem chamar a atenção dos pais quando estes se esquecem de desligar lâmpadas ou outros equipamentos.

“É assim, o meu filho é capaz dizer assim: «Ainda precisas de ir mais à cozinha?» Eu respondo-lhe que não, «Então posso apagar a luz?» «Apaga, se faz favor!» Ele passa aqui pela sala, vê-nos [os pais] a dormir, desliga logo a televisão.” (E98)

“«Mãe, desliga isto!» Quando vamos dormir ele pergunta se está tudo desligado [ri-se]. «Mãe, desligaste a tomada? Olha a luz!»” (E4)

Um tipo de consumo energético relativamente ao qual as práticas dos entrevistados não parecem muito consolidadas diz respeito ao modo *standby* de um número crescente de equipamentos domésticos. Por um lado, diversos entrevistados mostraram-se pouco sensíveis relativamente a este tipo de consumo por parte de equipamentos como a *box* de televisão, possivelmente porque, como disse um entrevistado idoso já depois de terminada a entrevista, o consumo da *box* não pode ser



muito grande porque “são luzinhas tão pequeninas!” (E1). Outros mostraram-se hesitantes em relação à ideia de desligar *boxes* e *modems*, para evitar ficar sem internet, mesmo que durante o dia não esteja ninguém em casa e durante a noite não seja necessária, ou para poderem gravar programas de televisão quando não podem ver. Ou declaram não saber desligar a televisão de uma forma em que não fique em *standby* - “só pelo comando” (E25). Em contrapartida, outros mostraram-se mais ou menos informados e habituados a evitar esse tipo de consumo.

“[A *box*] está sempre ligada. O meu filho [na casa dele] desliga no botão das fichas. Diz que se poupa mais, mas eu não desligo. Porque se quiser gravar alguma coisa, não posso. Se estiver a dar um programa que eu queira [gravar] já não consigo.” (E20)

“Está todo desligado! Nada está no *standby* porque isso gasta 15%. Eu vi no contrato da Iberdrola.” (E4)

“Tivemos uma certa informação sobre coisas ligadas que a gente não utiliza e que têm luzes, pequenas luzes, mas...”

Entrevistador: Que é o tal standby.

Sim, e que normalmente dizem que não estamos a gastar, mas que acabam por consumir energia. Normalmente, se não tem necessidade de estar ligada, não costumo mantê-la ligada.” (E41)

“Entrevistadora: Têm consolas de jogos?”

Têm. O pai e o filho têm um *PlayStation*.

Entrevistadora: Costumam deixar isso ligado à noite?

Deixam. Fica lá com a luz acesa... Essa [a da pausa] fica. Embora o da televisão a gente desligue... Os que ficam ligados durante a noite é mesmo a *box* da TV Cabo e essas coisas [consola de jogos].

Entrevistadora: Porque não desligam?

Não sei [ri-se]. Nem sei onde aquilo se desliga... Ainda carrego em alguma coisa e o jogo a meio... e depois é uma chatice.” (E7)

Um equipamento doméstico a respeito do qual não há uma perceção consensual entre os entrevistados relativamente ao consumo energético é o termoacumulador. De facto, entre os que têm termoacumulador em casa há opiniões contrárias relativamente ao modo como podem gastar menos



eletricidade. Alguns ligam-no apenas antes de precisarem de água quente, desligando-o em seguida, enquanto outros acreditam que é mais económico tê-lo permanentemente ligado. Há ainda quem diga que o termoacumulador tem a vantagem de ser mais barato que um esquentador e, estando ligado só quando se vai tomar banho, “não gasta tanto” (E35).

“Mas também aquilo [o termoacumulador] é rápido. Aquilo é aquecer e desligar. Isto aquece depressa. (...) Eu ligo a água às sete da manhã, levanto-me às sete da manhã para ir com o cão à rua, levo o cão que está na garagem, vai para a garagem, eu vou e deito-me um bocadinho até às oito da manhã, às oito levanto-me, vou tomar banho (...) acordo estes senhores [os pais] às dez, às dez levantam-se, vão tomar banho, mas eu já tenho aquilo desligado e, se for ver, tenho água quente ainda.” (E29)

“[Tenho] termoacumulador, mas está sempre ligado, não sou daquelas pessoas que liga, espera que a água aqueça três horas, toma banho e desliga. Mantenho ligado para manter a água quente... e está no modo económico.” (E31)

“É o cilindro que me come o dinheiro todo. Um cilindro de 50 litros. Mas tenho o relógio [para controlar as horas em que está ligado]. É só à hora que a gente toma banho e excepcionalmente à noite liga-se um bocadinho mais. Está programado só para de manhã.” (E67)

F. Práticas associadas à alimentação e higiene

Uma das perguntas do guião de entrevista dizia respeito aos modos como os agregados familiares tentavam (ou não) poupar energia quando cozinham. Os resultados obtidos mostram desde logo que muitos raramente cozinham porque essa é uma despesa que conseguem evitar, enquanto outras (como pagar a eletricidade, a renda da casa ou medicamentos, por exemplo) não podem deixar de pagar. Além disso, diversos entrevistados referiram receber comida já cozinhada através de instituições de apoio social ou de um familiar. Num ou outro caso de maiores dificuldades económicas, os entrevistados referiam não poder sequer comprar alimentos. Nos casos dos entrevistados com filhos pequenos, há uma maior preocupação com a alimentação, pelo que não cozinhar para poupar energia não é admitido como aceitável.

“Olhe, quando estou sozinha, sou-lhe sincera, não cozinho para mim. [Mas] para as minhas filhas tenho de cozinhar.” (E78)



“(…) E tem-se alturas que quer-se comer e não se tem. Tem-se alturas que se quer pão para comer e não se tem. (...) Olhe, sabe quando tenho comida que sobra, aqueço-a no micro-ondas. (...) Às vezes, faço comida... quando não tenho gás e não tenho como o ir buscar, faço comer ao lume [numa fogueira fora de casa].” (E11)

“A minha filha não está, eu vou fazer o quê? Nada... não faço torradas, não faço... tenho torradeira, mas não faço torradas. Como um bocadinho de pão com manteiga ou umas sopinhas na tijela de leite... é o que eu como.” (E40)

“Já deixei de cozinhar por não ter gás! Muitas vezes!” (E21)

“Mas agora muita crise, não tem [tenho] dinheiro para comer, não tem [tenho] dinheiro para mandar para... [a família, no país de origem], para carregar telemóvel, não tenho... (...) não tem [tenho] cinco cêntimos no mundo.” (E28)

Entre as práticas relatadas nas entrevistas para gastar menos energia ao cozinhar, uma das mais frequentes consiste em cozinhar quantidades para mais do que uma refeição. Outra consiste em evitar usar o forno, embora uns quantos entrevistados tinham dito que têm um “fogão industrial” numa dependência fora de casa (garagem, por exemplo) onde também cozinham – no caso de um assado, por exemplo, o fogão industrial “é mais rápido” (E81). Algumas entrevistadas disseram que aquecem a água dos seus cozinhados usando outros equipamentos que não o fogão. Outros disseram recorrer ainda a equipamentos que utilizam fontes de energia que não o gás ou a eletricidade (gastando assim antes lenha ou carvão) para cozinhar, como é o caso de churrascos, lareiras ou fogareiros.

“Muitas vezes cozinho à noite para o meio-dia. Assim evito de cozinhar duas vezes e poupo energia.” (E91)

“Eu faço sopinha para três dias, não é? Meto num *Tupperware* e está no frigorífico e depois, à noite, eu só como sopa à noite, não faço mais nada. Então, à noite tiro duas colheres de sopinha e aqueço e como.” (E95)

“Entrevistadora: Quando cozinha há alguma coisa que faça para gastar menos energia?”

O melhor que posso fazer... Por exemplo, vou fazer um tachinho de arroz... posso tirar uma caneca ou duas de água do esquentador, para ferver mais depressa – poupamos no gás mas gastamos na luz! [ri-se] Valha-me Deus!” (E76)

“Entrevistadora: E do gás? Uma botija dá-vos...”

Dá quase para um mês.



Entrevistadora: Dá quase para um mês?

E às vezes ainda sobra, sabe porquê? Porque eu quando é assim, aqueço muita água no jarro [elétrico]. E em vez de estar ali, assim, a refogar, em vez de estar ali à espera que aquilo esteja a ferver, eu ponho o coiso de água a ferver e deito..." (E77)

Uma outra prática de cozinha que, pelo contrário, implica um aumento no consumo energético consiste em utilizar arcas congeladoras para armazenar alimentos que são comprados em grandes quantidades (pão, carne, outros produtos comprados quando estão em promoção, por exemplo) e usados depois ao longo do tempo. A existência de arcas congeladoras – por vezes avariadas – nas casas dos agregados familiares entrevistados é, aliás, muito frequente. Apesar do consumo energético adicional, nem todos estão dispostos a abdicar deste equipamento.

“Entrevistadora: Tem arca congeladora?”

Tenho, mas foi outro teste que fiz e consegui provar à minha mulher que não compensa. É preferível – nós temos aqui minimercado ao pé – comprar todos os dias produtos frescos do que ter uma arca ligada. Porque ao fim do ano é muito dinheiro em energia! E não vale a pena, se temos um minimercado aqui ao pé. Todos os dias se passa por lá! A gente ao vir do trabalho, para lá e compra e come as coisas frescas.” (E86)

Se bem que, de um modo geral, todos os entrevistados estejam interessados em poupar energia, muitas vezes mostram-se indisponíveis para reduzir consumos energéticos que consideram essenciais ao seu bem-estar. Nalguns casos admitem não saber o que fazer mais para poupar, enquanto outros impacientam-se relativamente aos conselhos que recebem sobre como poupar porque a única forma que veem para consumir menos é desligar todos os equipamentos domésticos.

“Entrevistadora: Quando cozinha há alguma coisa que costume fazer para gastar menos eletricidade ou gás?”

Não. O que tiver de fazer, faço!” (E92)

“Não me vou coibir de fazer a minha vida para poupar eletricidade. Eu quero o necessário; quando vier a conta, paga-se! (...) Não posso poupar. Impossível poupar. Então vou deixar de acender a televisão ou ligar o fogão ou as minhas coisas para estar a poupar. Não posso! Às vezes vêm folhetos dentro das cartas da EDP, mas eu sinceramente nem os leio, porque não estou interessada.” (E6)

“Entrevistador: Evita utilizar algum eletrodoméstico por gastar muito?”



Não, porque normalmente os eletrodomésticos que eu uso são mesmo necessários usar.

Entrevistador: Há alguma coisa que evite fazer para gastar menos eletricidade?

Pois, não... Eu não sei como isso se faz! [ri-se]. Se eu soubesse, fazia. (E50)

“Poupar energia? Eu não preciso que me indiquem, eu sei poupá-la! É apagar quando não está a ser preciso. É apagá-la! Acender quando preciso. Nesse aspeto sou muito rigoroso! As lâmpadas acendem quando eu preciso e quando não preciso apago-as. A televisão a mesma coisa. Estou a ver televisão, acendo, venho-me embora, apago, quer dizer, não fica ali a trabalhar à espera que a gente vá lá outra vez.” (E1)

As práticas associadas à higiene são claramente consideradas indispensáveis pelos entrevistados, ainda que tenham implicações significativas em termos de consumo de energia. Nos casos em que os entrevistados enfrentam graves dificuldades económicas, recorrem a práticas tradicionais, usadas quando não havia água canalizada ou os modernos equipamentos de aquecimento de água. Assim, não lhes sendo possível comprar uma nova botija de gás para o esquentador, recorrem a formas alternativas de aquecer água para tomar banho, sendo a mais frequentemente referida aquecer água numa panela e levá-la depois para a casa de banho. Nalguns casos admitem também usar água fria, sobretudo os que dizem gostar de água fria e considerá-la “muito mais saudável” (E6). Aliás, alguns entrevistados disseram que no verão não usam água quente para tomar banho, usando antes uma mangueira que têm fora de casa. No entanto, nenhum admite abdicar da higiene pessoal, ainda que o banho seja só “aos sábados” ou “praticamente dia sim, dia não” (E1) ou seja um banho parcial, usando um alguidar ou bidé.

“Entrevistador: Alguma vez lhe aconteceu não tomar banho ou deixar de cozinhar para poupar?”

Não, isso não, tomar banho, tenho de tomar! Certos comeres, claro que evito fazer, como assados... não faço nada disso.” (E15)

“Não, não, não... Isso o banho nunca se pode [dispensar]. É vital!” (E33)

“O banho – nem que seja com champô, água fria... – tenho de o tomar. Desfazer a barba, higiene da cabeça aos pés, unhas arranjadas... todos os dias. Dentes e banho! Fria, quente ou assim-assim. Tem de ser todos os dias! Sempre, sempre, sempre!” (E3)

“Entrevistadora: Já lhe aconteceu não tomar banho porque está muito frio ou para não gastar [energia]?”



Oh, ainda ontem! Estava com o frio e não me apeteceu tomar banho todo, mas o resto das nossas partes a gente faz. Tomar banho não, meter-me lá dentro [no chuveiro] ... Tenho um alguidar à parte. Ele [o filho] até acha piada. «Pois, filho, não temos bidé! Temos de usar assim..». Não estou para me despir e meter lá toda dentro e passar frio, então eu e o menino tentamos arranjar alguma coisa parecido a um bidé... E pronto, lava-se o interior, os pezinhos... [ri-se]” (E4)

“Chego [a casa] das minhas coisas e tenho de tomar um banho. Dou uma passadela ao corpo... Por baixo, todos os dias tenho de me lavar. E os pés! Agora, já não tomo banho com aquela frequência com que tomava... Não vou dizer que tomo banho todos os dias, porque estou a mentir. Porquê? Porque se fosse tomar banho todos os dias, ou o meu marido, ou a minha filha tomasse banho todos os dias, então na vez de pagar setenta e três euros de luz, quanto é que eu ia pagar? Não dá! Uma pessoa não anda a cheirar mal a ninguém, a gente lava-se o mais que pode...” (E68)

“Aqueço água quente [no fogão], tenho a banheira, boto duas panelas de água na banheira e tomo banho.” (E95)

Já quanto à utilização de água quente para outros fins que não a higiene pessoal, muitos entrevistados mostraram-se comedidos, evitando consumos como lavar a loiça ou as mãos com água quente, embora não todos. Alguns referiram que só no inverno usam água quente para lavar a loiça ou quando esta está especialmente engordurada. Seja na tentativa de economizar ou porque não têm outra possibilidade, diversos entrevistados usam uma panela no fogão, uma caldeira na lareira ou um jarro elétrico para aquecer a água com que lavam a loiça. Muitas entrevistadas disseram que usam água quente – ou “a ferver” (E51) – para lavar o chão, alegadamente porque assim seca mais depressa, limpa melhor se houver alguma “mancha” (E55) ou (se com lixívia) fica a cheirar “a fresco” (E61).

“Só [uso água quente] para tomar banho. Agora, para lavar a loiça e isso, não. Para não estar a gastar...” (E15)

“Entrevistadora: E usa água quente só para o banho ou também para lavar as mãos, para a loiça, para...”

Para a loiça, é aquecida no fogareiro [que têm no pátio] ou fogão... uma panela de água.” (E18)

“Entrevistadora: Para [lavar] a loiça não usa [água quente]?”



Para a louça aqueço no fogão e lavo.” (E38)

“O esquentador é mesmo só para tomar banho e essas coisas assim. (...) Para lavar a louça pode-se lavar com água fria.” (E48)

“Por acaso não temos muito cuidado... [A água quente] é para os banhos de manhã e é para lavar as mãos, lavar a loiça e qualquer coisa... a gente até se distrai e abre a água quente. Usamos o esquentador inteligente.” (E2)

A lavagem de roupa é outra prática associada à higiene com implicações significativas no consumo doméstico de energia. Embora a maioria dos entrevistados utilize a máquina de lavar roupa, vários disseram que lavam à mão, principalmente por terem a máquina avariada e não terem dinheiro para repará-la ou comprar outra.

“Está avariada. Lavo sempre [a roupa] à mão.” (E14)

A frequência da lavagem de roupa é muito variável, dependendo do número de pessoas que constituem o agregado familiar. A frequência mais baixa indicada pelos entrevistados foi uma máquina de roupa de duas em duas semanas, no caso de um homem que vive sozinho, e a mais elevada foi duas vezes por dia, no caso de duas famílias numerosas. As famílias que têm crianças dizem lavar roupa mais frequentemente por causa delas, que se sujaram muito e não podem ir com roupa suja para a escola. Nalguns casos em que os maridos têm trabalhos em que ficam com a roupa mais suja do que é habitual, as suas mulheres também referem que isso tem impacto na quantidade de roupa que têm de lavar e até na temperatura (mais alta) a que lavam a roupa do marido. Alguns entrevistados com animais domésticos (cães e/ou gatos) também referiram lavar roupa mais vezes por causa dos animais. Em contrapartida, alguns entrevistados reformados ou desempregados disseram sujar pouca roupa.

“Quando chego do trabalho ponho sempre uma máquina a lavar. (...) Todos os dias. Eu tenho três crianças, tenho que pôr sempre uma máquina a fazer.” (E22)

A maioria dos entrevistados diz usar sempre temperaturas baixas (trinta ou quarenta graus ou mesmo água fria) para lavar a roupa, embora alguns digam que tendam a lavar a altas temperaturas (sessenta graus ou mais, incluindo noventa), sobretudo por temerem que a roupa fique mal lavada por estar muito suja. A maioria dos entrevistados refere separar a roupa por cores e geralmente as roupas escuras ou de cor são lavadas a temperaturas mais baixas que as brancas para não perderem a cor ou para não ficarem muito engelhadas. No entanto, alguns entrevistados admitem



não saber a que temperatura lavam por não compreenderem bem a máquina. Pela mesma razão, alguns dizem usar sempre o mesmo programa para lavar roupa na máquina.

“Eu não sei... não compreendo nada daquilo [a máquina de lavar roupa]. Ponho-a na lavagem rápida. Leva uma hora e meia a lavar. Ponho sempre à mesma temperatura.” (E51)

“Entrevistador: A que temperatura fazem as máquinas da roupa?”

Se quer que lhe diga, nem sei. A minha máquina é só pôr no botão vermelho e pôe-se andar... não tem lá temperatura nenhuma.” (E10)

No que diz respeito aos horários de lavagem de roupa, muitos dos entrevistados que trabalham disseram que em sua casa a roupa é lavada ao final do dia ou à noite, quando chegam a casa porque é nessa altura que têm disponibilidade e também para evitar acumular roupa suja para o fim de semana. Muitos outros disseram que é quando calha. Poucos entrevistados disseram preferir lavar de manhã para deixar secar a roupa ao sol durante o dia.

“Quando vejo que tenho roupa para lavar que faz falta, junto toda e ponho a lavar, seja a hora que for.” (E10)

“Normalmente a minha esposa põe o automático para começar às cinco da manhã, lavar e, quando se levantar, estar lavadinha e prontinha a pôr a secar.” (E85)

Alguns entrevistados mostram-se bastante conscientes do custo da lavagem (e por vezes também secagem) de roupa e, sem abdicar de ter roupa limpa, procuram formas de evitar ou reduzir esse custo, por exemplo dando atenção aos programas de lavagem usados, recorrendo às máquinas da sua própria empresa ou lavando roupa à mão.

“[Uso] sempre o [programa] mais curto [na máquina de lavar]. A roupa lava-se na mesma e escuso de estar ali... Assim como a máquina de secar, eu não deixo, eu não espero o tempo todo, eu vou abrindo e vou vendo como ela está, que é para quando ela estiver [seca], eu tirar logo. Senão, [a máquina] está ali tempos e tempos a andar à roda.” (E19)

“Temos [máquinas] de lavar e secar [em casa], mas a de secar não se usa. Vou-lhe ser sincero, não vou preso por causa disso... Na empresa que tenho, a energia é muito mais barata do que pago aqui, compro a energia em média tensão. E transformo-a. Comprei uma máquina de lavar e secar roupa para lá e faz[emos] lá as lavagens, que é muito



mais barato. A energia é muito mais barata lá! Faço lá lavagem e secagem. Portanto, estas máquinas aqui [em casa], lava-se uma vez por ano para não avariarem.” (E86)

“Entrevistador: Como faz para lavar a roupa?”

Máquina de lavar roupa. Tomara eu ter um tanque... Dava tudo para ter um tanque! Dava tudo para ter um tanquinho!

Entrevistador: Porquê?

Porque poupava, muito!

Entrevistador: Quantas máquinas mais ou menos faz por semana?

Ah! Ui! Praí duas por dia...” (E93)

Uma outra forma de procurar economizar energia ao lavar roupa consiste em fazê-lo quando a eletricidade é mais barata. No entanto, isto apenas é possível quando os consumidores têm contratado com o fornecedor de energia um tarifário (bi-horário, por exemplo) em que a eletricidade tem custos diferenciados ao longo do dia, sendo à noite e aos fins de semana que, por haver menos consumo, os preços são mais baixos. No entanto, a ideia de que à noite e aos fins de semana a eletricidade é mais barata parece ter-se difundido entre a população de forma parcelar, ou seja, sem que esteja associada à necessidade de estabelecer um contrato específico com o fornecedor de energia, pelo que só para esses consumidores os preços são mais baixos nesses períodos. Assim, quando perguntado a que horas costumam meter a máquina a lavar roupa, muitos entrevistados disseram que o fazem à noite porque ouviram dizer que nessa altura é mais barato, embora, quando questionados sobre o seu tarifário de eletricidade, tenha ficado claro que têm um tarifário simples.

“[Pus roupa a lavar] ontem à noite, como dizem que à noite a eletricidade é mais barata... Não sei se é verdade ou mentira, lavei-a.” (E1)

“Normalmente evito trabalhar muito com ela [a máquina de lavar roupa] em dias de semana. Diz que ao sábado e ao domingo é mais barato, a eletricidade. E eu tento lavar [ao fim de semana].

Entrevistadora: Mas tem a certeza que ao fim-de-semana paga menos?

Ouvi dizer que sim... Não tenho a certeza... Eu não tenho a certeza, ouvi uma vez a falar nisso. Há pessoas que dizem que lavam ao fim-de-semana porque é mais barato.” (E2)

“Entrevistador: Tem algum horário preferido para fazer as máquinas [de lavar roupa]?”



Tento fazer à noite. Ensinaaram-me que à noite gasta menos.

Entrevistador: Sabe se tem tarifa bi-horária?

Não sei se tenho...” (E21)

“Quando chego à noite [do trabalho] aproveito e ponho para lavar. E de manhã, quando acordo, estendo. É mais à noite que lavo.

Entrevistador: Por alguma razão?

Ouvi dizer que economiza mais à noite. Mas não sei se é verdade ou não... Pelo sim ou pelo não... E depois também é a hora em que estou em casa.” (E27)

“Entrevistadora: A que horas costuma lavar a roupa?

Pois, eu isso sei, quando gasta menos é à noite.

Entrevistadora: Mas tem tarifa bi-horária?

Não, não tenho. Eu só sei porque as minhas colegas dizem «Olha, é a partir das nove que deves colocar a máquina a lavar».

Entrevistadora: E por que costuma lavar a essa hora?

Pois, lá está, por causa de poupar.” (E74)

Na maior parte dos casos os agregados familiares entrevistados deixam a roupa secar num estendal (seja na rua, numa varanda, num telheiro, num casão, numa marquise ou junto à lareira). No entanto, muitos dizem usar a máquina de secar. Estas são usadas sobretudo quando está a chover, no entanto algumas entrevistadas disseram que a usam durante todo o ano, porque ao fazer isso torna-se desnecessário passar a roupa a ferro. Uma das entrevistadas referiu que tem de esterilizar a roupa por causa dos problemas de saúde dos filhos. Num caso também foi referido um secador de roupa, embora raramente seja usado.

“Entrevistadora: E [usa] a máquina de secar?

Só no Inverno e ponho primeiro a roupa ali a enxugar, ali nas cordas, e depois é que ponho na máquina.” (E100)

“[A máquina de secar roupa] só de inverno, quando está muita chuva (...). Seca num instante. [Mas] só quando está muita chuva mesmo.” (E42)



“Tenho uma máquina de secar [roupa] que uso no Inverno bastante. É verdade! Pelo menos a nível de roupa e essas coisas... faz parte da minha rotina, tem de estar sempre tudo muito lavado. E uso [a máquina] a nível de lençóis e essas coisas. O senhor da eletricidade, quando cá esteve... - eu tenho uma tarifa qualquer, que eles disseram para eu ter... tenho tarifa social, mas tenho os serviços «EDP Funciona», qualquer coisa assim... - E eles disseram que aquela máquina [de secar roupa] é tipo industrial e é a que consome mais. (...) [Uso-a] sempre, mesmo que seja Verão [ri-se]! Porque é assim, depois não uso o ferro! Posso, mesmo no Verão, por a roupa a estender, mas depois [ponho] tipo dez minutos na máquina de secar e a roupa sai logo... que não precisa de passar [a ferro], pode-se dobrar logo.” (E66)

“Entrevistadora: E a máquina de secar?”

Sempre. No Verão também. Porque [se] pomos a roupa a secar na rua, a roupa fica tesa no Verão com o calor. Eu gasto na máquina de secar, mas poupo no ferro. Assim [seca na máquina], nem precisa de ir ao ferro. Estão quentinhas, dobro e meto no sítio. Portanto, eu estou a gastar na máquina de secar, mas não estou a gastar no ferro.” (E81)

“Eu mesmo no Verão ponho a roupa na máquina de secar. Para, digamos, esterilizar. O meu filho, como tem pele atópica precisa mesmo. (...) Mesmo a minha filha, com psoríase, também precisa dessa necessidade. Porque a psoríase começa a escamar, ela coça e começa a fazer sangramento. E precisa mesmo que a roupa seja esterilizada!” (E91)

G. Informação sobre o fornecimento e a utilização de energia em casa

Uma parte do guião de entrevista destinava-se a entender o acesso que os agregados familiares entrevistados têm a informação sobre o fornecimento e consumo de energia nas suas casas. Um dos principais resultados obtidos mostra que a maioria dos entrevistados, caso tenham dúvidas relativamente ao fornecimento de energia, contactam diretamente as empresas fornecedoras (pessoalmente ou através das linhas telefónicas de apoio ao cliente), raramente recorrendo ao apoio de intermediários, especialistas ou outros agentes. Por vezes têm filhos adultos ou irmãos que os ajudam quando precisam, por exemplo a lidar com uma fatura de eletricidade demasiado alta. Alguns referem ter tido conversas com familiares, amigos, vizinhos ou colegas, embora pelas suas



descrições estes nem sempre saibam aconselhá-los corretamente ou de forma esclarecedora. Por esta razão, há quem diga não “perder tempo” (E6) a procurar aconselhamento informal, preferindo dirigir-se diretamente aos fornecedores de energia. Raramente alguém refere ter algum amigo que “sabe, que percebe dessas coisas” (E45). Poucos entrevistados referiram ter tido conversas com profissionais do setor da energia, como os técnicos que fizeram a instalação do gás em suas casas ou eletricitas. Muito poucas vezes os senhorios foram referidos como alguém com quem se possa esclarecer alguma dúvida sobre o fornecimento de energia. Associações de consumidores apenas raramente foram referidas. Alguns referiram ainda que, se necessário, eles próprios ou um filho por eles, procuram informação na internet. Os funcionários das juntas de freguesia, por vezes referidos, surgem essencialmente como uma possibilidade de socorro quando os entrevistados não conseguem pagar as suas despesas, não tanto como uma fonte de esclarecimentos. Apenas num caso foi referido o acompanhamento por parte dos assistentes sociais como possibilidade a quem recorrer se for necessário esclarecer alguma dúvida sobre consumo energético. Também só um entrevistado disse que pode recorrer a um Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo.

“Entrevistador: Quando tem alguma dúvida (...), sabe com quem é que pode falar, a quem pode recorrer?”

Não, não, não.” (E28)

“(...) é assim: quando preciso de falar, eu vou diretamente à EDP, não é? E sobre o gás não falo com ninguém, não preciso. É só chegar perto da pessoa que vende, «Olhe, eu estou a precisar de uma botija, depois venho cá e pago».” (E24)

“Entrevistadora: Alguma vez falou com alguém ou recebeu alguma informação sobre o que fazer para poupar energia?”

Às vezes, em conversa de café... Antes de meter o aquecimento o meu pai andou a perguntar qual o mais económico.” (E84)

“Sim, já vieram [da empresa fornecedora de energia] cá a casa e tudo. Vieram cá explicar [como] fazer aquilo de marcar a x horas, se não chegar àquele limite pagava menos 5%... E ensinaram-me e explicaram-me isso tudo. Tentar evitar de gastar muito e poupar mais...” (E15)

No entanto, o contacto com as empresas fornecedoras nem sempre é suficientemente esclarecedor. Alguns entrevistados queixam-se de ter telefonado para o número de apoio a clientes, terem ficado à espera e terem pago a chamada telefónica sem terem “consegui[do] falar com eles” (E2). Noutros



casos, os entrevistados dizem ter-se dirigido pessoalmente à empresa, mas que os funcionários “fizeram uma grande confusão” (E5), tendo a situação ficado como estava. Por outro lado, algumas empresas que fornecem energia têm práticas comerciais bastante agressivas, andando de porta em porta a angariar novos clientes. Em diversos casos os entrevistados sentiram-se enganados, tendo posteriormente tentado cancelar o novo contrato, e alguns disseram que lhes foram prometidos descontos, mas que estes nunca se concretizaram. À complexidade dos tarifários e existência de serviços adicionais, acrescem as dificuldades em compreender questões técnicas e burocráticas que caracterizam muitas pessoas idosas, o que contribui para a insegurança ou até desconfiança manifestada por alguns entrevistados.

“Entrevistadora: Sabe como fazer se tiver alguma dúvida sobre eletricidade?”

Não, menina. Só se for a ligar para eles [empresas] ou assim... A gente também paga a chamada... acaba por não saber nada.” (E68)

“Vem aí muita gente [das empresas de comercialização de energia] à porta, mas eu não quero nada, porque eu [já] caí numa! Não fui vigarizada, mas quase...” (E8)

“Aqui, se eu os vejo, olha: «Então esperas aqui um bocadinho, aí à porta, fora, que eu vou telefonar para a GNR.» Para vir aqui a GNR e coiso...” (E29)

“Mudei uma vez [de fornecedor de eletricidade], como lhe digo, fui enganada. Fui enganada!” (E53)

“Na altura, a única coisa que recebi foi um folheto que era da EDP Funciona, para eu aderir, para não sei o quê e que mais... Mas – isso devia ser divulgado – são os maiores gatunos!” (E81)

“(...) quando foi com a luz, olhe... (...) a minha cabeça começou a trabalhar: «Meu Deus, no que me fui meter!». (...) tive de cancelar [o novo contrato]. (...) disse: «Por favor, anulem-me já o contrato porque a menina [da empresa, que me veio visitar] mentiu-me, eu não quero e não posso pensar muito porque se eu pensar muito a minha cabeça fica avariada!» E ele [funcionário] disse: «Ponto, pronto, minha senhora, não seja por isso, nós anulamos o contrato». Até hoje!” (E95)

“(...) eles [funcionários da empresa comercializadora] disseram-me para mim, que eu depois tinha um desconto. Pronto, andei a pagar a luz mais ou menos, agora... é estes dinheiros assim: já o mês passado paguei cento e tal [euros] de luz e de água, e agora estou na mesma.” (E11)



“Já me têm telefonado [da comercializadora de energia], muita vez! (...) Normalmente tenho tudo apagado; deito-me cedo... É inadmissível, pagar trinta euros de luz! (...) E depois, para me atenderem o telefone... (...) É quase uma hora à espera e paga-se! Eu não estou nada contente com eles.” (E20)

“Isto aqui [valor incluído na fatura da eletricidade] é do «Funciona», mas eu já liguei várias vezes [para a comercializadora], que eu não quero o «Funciona!» (...) Mas eu não preciso [deste serviço]! (...)

Entrevistadora: Mas já telefonou a dizer que não quer e eles não cancelaram?

Já, já telefonei – eles não tiram isso!” (E24)

Quando perguntado se os entrevistados já tinham recebido alguma informação (num folheto, por exemplo) sobre como fazer para poupar mais energia, a maioria respondeu que não. Alguns referiram a televisão como sendo a sua fonte de informação a esse respeito ou acerca da existência da tarifa social. Um entrevistado referiu a publicidade como fonte de informação sobre como fazer para gastar menos energia. Poucos disseram ter recebido informação a esse respeito das próprias empresas fornecedoras de energia. Outras fontes de informação como folhetos informativos disponibilizados pela junta de freguesia, uma sessão de informação numa casa comunitária da Cruz Vermelha ou uma ação de formação da Segurança Social foram mencionados apenas uma vez cada uma.

“Nada, eles [empresas que fornecem energia] querem receber o dinheiro e mais nada.” (E57)

“Não, através da televisão – informação só na televisão.” (E23)

“(...) na altura a EDP chegou a enviar um panfleto, mas já vão muitos anos. Lá está, pagar luz, o isolamento da casa...” (E83)

“Foi a senhora da EDP [que me informou]. Por exemplo, até tínhamos a MEO [box de televisão], e ela mandava desligar completamente. O frigorífico é que tem de estar sempre ligado... a placa é que gasta muita energia, o computador também não era por aí... Ela disse: «Olhe, à noite antes de ir deitar, desligue». Gasta muito, muito mesmo!” (E62)

“A EDP está sempre a enviar [folhetos], mas o que eles dizem já eu sei há muito!” (E86)

A escassez de formas de acesso a fontes de informação sobre os consumos domésticos de energia é agravada pelo quadro de pobreza, baixos níveis de escolaridade e por vezes também perturbações



mentais ou idade avançada que muitas vezes caracteriza os consumidores mais vulneráveis. Neste cenário, as respostas dadas à pergunta sobre a facilidade que os entrevistados sentiam em compreender as faturas da eletricidade devem ser consideradas cautelosamente, uma vez que por vezes, quando os entrevistados respondem que é fácil entender essas faturas, parecem estar a referir-se apenas ao total que têm a pagar e ao prazo de pagamento, e não ao conjunto da informação apresentada.

“Aquilo que me interessa [na fatura] é saber quanto é que eu tenho que pagar, eu fico lá a ver!... Também não fico assim muito agarrada à fatura. (...)

Entrevistadora: E o seu contrato de eletricidade é simples ou bi-horário?

Não sei.

Entrevistadora: Ou seja, paga sempre a mesma eletricidade ao longo do dia ou é mais barata à noite, ao fim de semana...?

Ah, elas disseram isso, mas a gente não... ele queria pôr-me a gastar mais energia à noite, para pôr as máquinas de lavar à noite, é isso que está a querer dizer? (...)

Entrevistadora: Mas a senhora achou que era melhor não...

Sim, porque [quis] deixar como está, porque com muita complicação... e eu não... Quanto mais simples melhor.” (E22)

“Para lhe dizer a verdade, eu recebo a carta [fatura], olho só para o que tenho de pagar e vou pagar.” (E40)

“Não, não é fácil perceber. Eu não percebo nada.” (E4)

“(...) vejo um bocado mal...” (E61)

“Não. Eu a olhar para os números, então é que eu não percebo [ri-se]!” (E68)

As dificuldades sentidas pelos entrevistados relativamente à fatura da eletricidade estendem-se igualmente aos tarifários, assim como a potência que contratam. Com grande frequência foi-nos dito terem ouvido dizer que a eletricidade é mais barata à noite e aos fins de semana, embora não soubessem se o seu tarifário era simples ou não, como já foi referido na secção anterior, acerca da lavagem de roupa. Nalguns casos em que os entrevistados sabiam ter um tarifário bi-horário ou tri-horário não sabiam quais eram exatamente as horas a que a eletricidade era mais cara ou barata.



“Exatamente. Não sei quais são as horas em que gasto mais... Mas como eu gasto aquilo que é necessário...” (E5)

“À noite diz que pago menos... Não sei se é verdade ou mentira...”

Entrevistadora: Mas sabe a partir de que horas paga menos?

Não, não sei.” (E1)

“Entrevistador: Se tem a tarifa bi-horária?

Não sei, as letras são muito pequeninas...” (E10)

“Ainda nem percebi qual é a hora de pico, a hora de cheio e não sei o quê... Ainda não consegui descobrir quais são as horas. Se eu soubesse as horas, começava a poupar, mas não sei! É capaz de estar até na fatura, quando diz «pico», «cheio» e «vazio»... se à frente estão lá as horas... Ainda não consegui descobrir!” (E6)

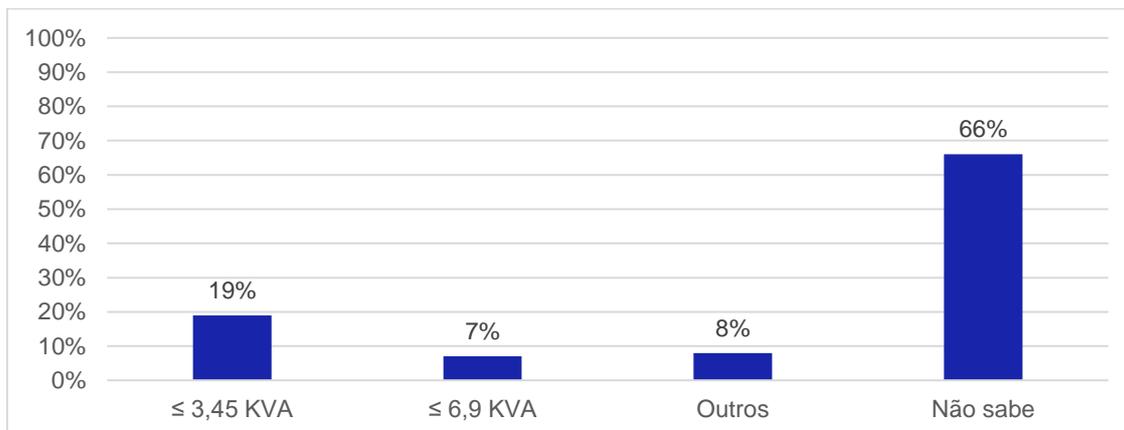
Relativamente à potência contratada, embora muitos soubessem indicar qual era, a maioria não sabia ou não se lembrava. Entre os que sabiam dizer no momento (26%), alguns indicaram a potência em Amperes e não em kVA.

“Olhe, não faço ideia.” (E57)

Alguns entrevistados, embora não soubessem ao certo o escalão de potência que têm em casa, descreviam episódios em que o contador da eletricidade disparava por terem demasiados equipamentos elétricos ligados ao mesmo tempo, o que demonstra alguma competência neste domínio. A Figura 12 sintetiza os dados obtidos relativamente à potência contratada.

Figura 12. Respostas relativas à potência elétrica contratada pelos agregados domésticos (n=100)





Um hábito que pode contribuir para controlar os custos da eletricidade, uma vez que evita que as faturas sejam baseadas em estimativas que poderão ser mais altas que os consumos reais e, além disso, pode contribuir para uma melhor perceção da eletricidade consumida em casa consiste na observação dos valores do contador e comunicação regular destes ao fornecedor de energia. Os resultados obtidos mostram, no entanto, que a maioria (61%) dos entrevistados não costuma enviar a leitura do contador à empresa que fornece eletricidade, embora um grande número (37%) diga que o faz mensalmente e muito poucos (2%) tenham referido fazê-lo ocasionalmente.

A atribuição de certificados energéticos às habitações permite tomar conhecimento não só da eficácia energética da casa e de diversas características que influenciam o consumo, como também de medidas que poderão ser tomadas para melhorar o conforto térmico da habitação. No entanto, dada a obrigatoriedade recente desta certificação (desde 2010), a maior parte das casas (desde que não tenham sido compradas ou arrendadas nos últimos anos) não possuem ainda este certificado. De facto, apenas um pequeno número de entrevistados (oito) disse que a casa onde vive tem este certificado. Muitos, no entanto, não conheciam este tipo de certificação e disseram não saber se a sua casa tinha um ou não.

“Entrevistadora: A sua casa tem certificado energético?”

Tem, por acaso tem [ri-se].

Entrevistador: Sabe qual é a classificação?

Não sei, por acaso não. Mas sei que tem porque quando foram lá pôr o contador, o digital, o senhorio até lá estava e mostrou o certificado energético.



Entrevistadora: E sabe o que diz? Lembra-se de alguma coisa?

Nem vi. Quem o tem é ele [o proprietário].” (E9)

H. Problemas de saúde associados à necessidade de ter cuidado com o conforto térmico

A relação entre pobreza energética e problemas de saúde, podendo inclusivamente conduzir à morte, tem sido descrita na literatura, embora seja ainda largamente desconhecida. Numa revisão dos estudos sobre esta relação observou-se que na origem do excesso de mortalidade no inverno estavam doenças cardiovasculares e respiratórias que, por sua vez, estavam associadas à reduzida eficiência térmica dos edifícios e a baixas temperaturas em casa. Verificou-se também que a saúde mental das pessoas mais vulneráveis à pobreza energética é diretamente afetada. Outros problemas de saúde como constipações, gripes, artrites e reumatismo também são agravados se os indivíduos tiverem frio em casa (Marmot Review Team, 2011).

Através das entrevistas pretendia-se saber se os agregados familiares da amostra eram afetados por estes problemas de saúde e também se estes requeriam que tomassem cuidados especiais relativamente ao frio, mas também ao calor. Os resultados obtidos não devem retratar com exatidão os problemas de saúde existentes nos agregados familiares, dado que para isso seria necessário recorrer a uma bateria de questões, no entanto, permitem uma caracterização aproximada destes problemas. O quadro seguinte (Quadro 11) indica o número de agregados familiares em que pelo menos um dos membros sofre de um destes problemas de saúde associados a cuidados especiais com o frio ou o calor.

Além destes problemas, que foram declarados pelos entrevistados, nalguns casos a interação no decurso das entrevistas fazia crer que o número de indivíduos que sofriam de problemas mentais deveria ser superior, tal como indicado na literatura.

Quadro 11. Problemas de saúde que exigem cuidados especiais com o calor ou o frio referidos pelos entrevistados como afetando pelo menos um dos membros do agregado familiar (n=100)

Problema de saúde	Número de agregados em que está presente
-------------------	--



Problemas cardíacos	15
Artrite reumatoide, problemas nos ossos	10
Asma	9
Não especificado	9
Frieiras	9
Rinite, sinusite	7
Alergias	5
Problemas psiquiátricos	5
Bronquite	5
Diabetes	4
Gripes	4
Depressão crónica	3
Psoríase	3
Cancro	3
Problemas pulmonares	3
Pneumonia, broncopneumonia	2
Lupus	2
Problemas nos intestinos	2
Problemas na garganta	1
Falta de sensibilidade nos dedos	1

Os seguintes excertos de entrevistas ilustram a perceção dos entrevistados, quer das necessidades específicas associadas a estes problemas de saúde, quer das consequências que as suas restrições ao consumo de energia em casa tinham saúde dos membros do agregado.

“Eu já tomo banho de água fria... No outro dia fui para o hospital com a pneumonia.”
(E13)

“Entrevistador: *Porque vieram [morar] para a esta casa [habitação social]?*”

Porque estávamos numa habitação em que chovia muito... A minha filha era, e é, asmática. Alérgica, não pode estar em humidades, nem ácaros, nem nada disso. E chovia muito. Tinha de pôr chapéus na cozinha para comer.” (E20)

“Entrevistadora: *E saco de água quente costuma pôr?*”

Não, não. Sou diabética e depois tenho medo de fazer alguma coisa no pé, pois...” (E38)

“Entrevistadora: *Utilizam botijas de água quente?*”



Já utilizei, mas depois diziam que não era muito aconselhável a quem doía os ossos...”
(E74)

“Eu tive um enfarte em 2010, com dois AVCs em consequência do enfarte... Nove dias em coma. E daí então, sinto mais frio e tudo... e mesmo que tenho de me precaver porque tenho mais dificuldades, por exemplo, não posso tomar certos medicamentos, por isso tenho de me precaver nalgumas coisas [como o frio].” (E85)



VI. Indicações para o desenvolvimento da medida

A análise dos resultados das entrevistas centrou-se nas principais observações feitas, de modo a caracterizar o quadro de pobreza energética que afeta as famílias entrevistadas, bem como as circunstâncias que conduzem a essa condição. Com base nestes resultados é possível apresentar algumas indicações que possam ser úteis para o desenvolvimento da medida, mais concretamente em relação às principais opções e oportunidades de intervenção e atuação sobre as condições de pobreza energética.

Uma primeira reflexão que decorre da realização desta investigação diz respeito à invisibilidade da pobreza energética. Só muito recentemente começaram a ser desenvolvidas iniciativas em Portugal centradas na pobreza energética e no espaço público esta é uma realidade ainda largamente ignorada. O excesso de mortalidade no inverno, por exemplo, tende a ser atribuído a surtos de gripe, não sendo associado às condições de vida da população e, mais especificamente, à pobreza energética. Apesar de o “paradoxo do excesso de mortalidade no inverno” (Healy, 2004) ter sido identificado na literatura científica, e apesar de este paradoxo dizer respeito precisamente a países como Portugal (e Espanha ou Irlanda), que têm elevadas taxas de mortalidade no inverno quando os seus climas são menos severos que noutros países – o que está associado às condições habitacionais, que dificultam a manutenção do calor em casa quando o inverno chega – esta realidade não é ainda do conhecimento público a nível nacional. Uma oportunidade de intervenção consistirá assim na chamada de atenção pública para a gravidade da pobreza energética no país.

A gravidade do problema pode ser ilustrada pelos resultados desta investigação, que mostram que em 100 agregados familiares 56 referem que a casa onde vivem é simultaneamente fria ou muito fria no inverno e quente ou muito quente no verão, enquanto apenas 16 dizem ter conforto térmico em casa tanto de inverno como de verão. As explicações dadas pelos entrevistados para este desconforto referem-se por vezes às características da habitação, mas sobretudo ao elevado custo da energia, tendo em conta os seus níveis de rendimento. Nestas circunstâncias, a maioria dos entrevistados diz adotar práticas básicas, como vestir mais roupa, agasalhar-se com mantas e cobertores ou ir dormir mais cedo, em vez de recorrer a equipamentos para aquecer a casa, por não poderem pagar o custo da energia que seria necessária para se aquecerem adequadamente. As baixas condições de habitabilidade que caracterizam muitas das casas em que vivem os entrevistados, a ponto de chover dentro de casa, por exemplo, e o grande número de habitações com problemas de humidade e entrada de ar através de fendas nas janelas, portas ou telhados ilustram igualmente a gravidade da pobreza energética no país. Estas observações sugerem a necessidade de se agir junto



de decisores políticos, tanto a nível nacional como local, no sentido de dar mais atenção à regulação (e fiscalização) do custo da energia para consumidores domésticos e às normas de construção e reabilitação de edifícios, tanto privados como destinados a habitação social.

Uma terceira reflexão que decorre desta análise diz respeito ao processo de normalização do frio, ou seja, de habituação e dessensibilização ao facto de sentir frio em casa, o que parece ter raízes culturais profundas, sobretudo nas regiões do país em que o clima é mais ameno. Uma oportunidade de intervenção consistiria em desconstruir esta ideia, sobretudo junto dos agregados familiares que têm alguma capacidade financeira para melhorar o conforto térmico em casa. O fornecimento de informação detalhada relativamente às medidas que podem ser tomadas, bem como o seu custo e cuidados a ter para que o investimento tenha os resultados pretendidos, poderá beneficiar a qualidade de vida e a saúde destas famílias.

Uma quarta reflexão fortemente relacionada com a terceira diz respeito à necessidade de sensibilizar os agentes e decisores responsáveis pela habitação social relativamente ao estado de conservação e à eficiência térmica destes edifícios, dado que nem sempre estes proporcionam condições de conforto térmico às famílias aí alojadas. Assim, a melhoria das condições de habitabilidade dos fogos existentes deveria ser objeto de atenção.

Os resultados das entrevistas sugerem ainda outras oportunidades de intervenção. Uma destas oportunidades diz respeito à falta de ajustamento entre o contrato de fornecimento de eletricidade e as práticas quotidianas do agregado familiar. Foi observado por diversas vezes que a escolha do contrato é influenciada por uma série de circunstâncias, entre as quais as estratégias comerciais utilizadas pelas companhias, que conduzem a que algumas famílias tenham optado por tarifas bi- ou tri-horárias quando o mais indicado para os seus hábitos e preferências (como o período do dia em que costumam pôr a roupa a lavar) fosse um tarifário simples, por exemplo. Além disso, nalguns casos a potência contratada parece ser superior às reais necessidades da família. A este respeito as entrevistas indicam que muitos consumidores poderão não estar bem informados acerca das implicações da potência elétrica que contratam relativamente ao que pagam mensalmente pela eletricidade.

Outra oportunidade consiste na promoção do conhecimento sobre o contrato de fornecimento de eletricidade, dado que muitos entrevistados não sabiam que tipo de tarifário tinham e, tratando-se uma tarifa bi- ou tri-horária, não conheciam os períodos do dia em que a eletricidade era mais barata e mais cara.



Uma outra observação diz respeito ao medo de contratar outro fornecedor de eletricidade que não a EDP, o que tende a limitar as possibilidades de escolha e assim restringir os eventuais benefícios do mercado liberalizado.

Uma outra oportunidade de intervenção consiste em promover o conhecimento dos agregados familiares acerca do consumo e eficiência energética dos equipamentos domésticos, sobretudo daqueles, como arcas congeladoras e frigoríficos antigos, que poderão ser responsáveis por consumos elétricos elevados. Eventualmente alguns destes equipamentos poderão ser desnecessários. Também relativamente à eficiência dos equipamentos de aquecimento de água (especialmente termoacumuladores) foi possível observar a existência de incertezas e práticas contraditórias.

Finalmente, uma outra oportunidade diz respeito à sensibilização dos consumidores relativamente aos consumos elétricos de equipamentos em modo standby. Verificou-se que a generalidade dos entrevistados dispõe de serviços pagos de televisão, o que tende a implicar a existência de pelo menos uma box de televisão em casa. É ainda cada vez mais frequente que televisores e outros equipamentos eletrónicos (computadores, modems de internet, consolas de jogos, etc.) que muitas vezes ficam permanentemente em standby existam nas habitações portuguesas. Outros aparelhos, como micro-ondas, por exemplo, que também existem em quase todos os agregados familiares entrevistados, têm também por vezes significativos consumos em standby. Dada a falta de sensibilidade de muitos entrevistados relativamente a esta questão, seria desejável promover a divulgação de conhecimento entre a população relativamente a estes custos económicos desnecessários.



VII. Referências bibliográficas e fontes

A. Fontes de dados estatísticos

Instituto Nacional de Estatística, I.P. - Portugal, *EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*, 2017.

B. Referências

Boardman, B. (2010). *Fixing Fuel Poverty. Challenges and Solutions*. Londres e Nova York: Earthscan.

Bouzarovski, S. e Petrova, S. (2015). "A global perspective on domestic energy deprivation: Overcoming the energy poverty-fuel poverty binary". *Energy Research & Social Science*, 10: 31-40.

Gram-Hanssen, K. (2011). "Understanding change and continuity in residential energy consumption." *Journal of Consumer Culture*, 11 (1): 61-78.

Healy, J. D. (2004). *Housing, Fuel Poverty and Health. A Pan-European Analysis*. Londres e Nova York: Routledge.

Heffron, R. J. e McCauley, D. (2014). "Achieving sustainable supply chains through energy justice." *Applied Energy*, 123: 435–437.

Horta, A. (2018). "Energy consumption as part of social practices: the alternative approach of practice theory". In D. J. Davidson, M. Gross (eds.) *Energy and Society Handbook*. Oxford University Press: 31-44.

Shove, E., Pantzar, M., Watson, M. (2012). *The Dynamics of Social Practice. Everyday Life and How it Changes*. London: Sage.

INE (2017). *Rendimento e Condições de Vida 2017 (dados provisórios). Destaque. Informação à comunicação social – 30 de novembro de 2017*. Disponível em



https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=311393651&att_display=n&att_download=y

Marmot Review Team (2011). The Health Impacts of Cold Homes and Fuel Poverty. Londres: Friends of the Earth & Marmot Review Team.

PCS (Portal da Construção Sustentável) (2017). “A minha casa é quente, fria ou confortável? 1ª Análise dos resultados do inquérito. Inquérito realizado, em Portugal Continental, sobre o conforto térmico em casa.” Disponível em http://www.csustentavel.com/wp-content/uploads/2017/12/an%C3%A1liseresultadosinqu%C3%A9rito_esta%C3%A7%C3%A3ofria.pdf

Pye, S. e Dobbins, A. (2015). “Energy poverty and vulnerable consumers in the energy sector accross the EU: analysis of policies and measures.” Policy Report 2. Disponível em www.insightenergy.org.

Simões, S., Gregório, V. Seixas, J. (2016). “Mapping fuel poverty in Portugal.” Energy Procedia, 106: 155-165.

Thomson, H., Bouzarovski, S., Snell, C. (2017). “Rethinking the measurement of energy poverty in Europe: A critical analysis of indicators and data”. Indoor and Built Environment, 26(7): 879-901-

Vasconcelos, J. (2012). “Bioclima, Saúde e Qualidade da Habitação em Portugal. Papel da exposição ao frio na incidência de doenças coronárias agudas”. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

Walker, G., Day, R. (2012). “Fuel poverty as injustice: Integrating distribution, recognition and procedure in the struggle for affordable warmth.” Energy Policy, 49: 69–75.

Wilhite, H. (2013). “Energy consumption as cultural practice: implications for theory and policy of sustainable energy use” in Strauss, S., Rupp, S., Love, T. (ed.) Cultures of Energy: Power, practices, technologies. Walnut Creek: Left Coast Press: 60-72.



Anexo I. Guião de entrevista

A. Guião de entrevista

Agradecer a disponibilidade para participar neste estudo. Cada entrevista é fundamental para podermos fazer o nosso trabalho e para percebermos a diversidade de situações e opiniões.

Apresentação como investigador/a da Universidade de Lisboa a trabalhar num estudo sociológico sobre as condições de vida dos portugueses relacionadas com a qualidade da habitação e o consumo de energia.

Garantia de anonimato e confidencialidade das respostas.

Pedido de autorização para gravar. (Tentar que não haja ruído na sala.)

Há quanto tempo veio morar para a sua casa?	Caraterização da habitação
Porquê para esta casa? (Razões por que escolheu)	
Comprou ou é arrendada? (É habitação social?)	
Quantas divisões tem? (quais?)	
Quem costuma morar nesta casa? (Graus de parentesco, género) (Tem filhos?)	
Está satisfeito(a) com a sua casa?	Que aspetos valoriza mais
Do que gosta mais nesta casa? E do que gosta menos?	Noção de conforto
Sente-se confortável em sua casa?	
O que é que o/a faz (ou poderia fazer) sentir-se confortável em casa? (O que é para si mais importante?)	
O que mudaria em casa para a tornar mais confortável? (mobiliário, ruído, aquecimento, entretenimento, eletrodoméstico...)	

Alguma vez fez obras em sua casa? (pinturas, substituição de janelas, cozinha nova, reparação de infiltrações...) Há quanto tempo? Porquê?	Histórico de intervenções no alojamento (relação com senhorio/capacidade)
--	---



Que obras faria em casa se pudesse? O que é que o/a impede de fazer essas obras?	de iniciativa própria)
Sabe em que ano o prédio/casa foi construído?	
Alguma vez houve obras de remodelação no prédio/casa? (janelas, estores, pinturas, isolamento, telhado/placa...) Há quanto tempo? Quem foi responsável pelas obras? Notou alguma melhoria? (temperatura dentro de casa, humidade, ruído...)	
Tem humidade e/ou rachas nas paredes?	
As janelas, portas e cobertura/telhado estão em bom estado?	

Em que divisões da casa costuma passar mais tempo? (porquê) E o seu marido/mulher, filhos?	Tentar perceber que equipamentos elétricos são usados e implicações em termos de consumo de energia
Quantas horas cada um costuma passar em casa durante a semana? E ao fim de semana? (Dia e noite)	
Costumam ter a televisão ligada nalguma divisão da casa durante o dia?	
Acha que no inverno a casa é fria?	Práticas – lidar com o frio: - condições materiais - perceções, ideais, necessidades - saber-fazer, informação
No inverno a casa apanha sol? Durante quanto tempo/parte do dia? Em que divisões?	
Que equipamentos tem para aquecer a casa? (Lareira, aquecedor a óleo, radiador elétrico, termoventilador, ar condicionado...)	
Que fontes de energia utilizam? (eletricidade, gás – botija ou não – lenha – compra ou não – carvão...)	
Costuma usá-los? Como costuma usá-los? Durante todo o Inverno ou só nos dias mais frios? Que divisões da casa costumam ser aquecidas? A que horas (dia/noite)? Durante quanto tempo? (horas)	
[Se não usa esses equipamentos] o que é que o levaria a usar mais os equipamentos para aquecer a casa?	
O que mais costuma fazer para se aquecer no inverno? E as outras pessoas que moram consigo? (roupa, mantas, bebidas quentes, ficar na cama, botijas de água quente, cobertores elétrico...)	



Costuma ter os pés frios? E frieiras? E o seu marido/mulher, filhos?	
As janelas (e portas) deixam passar ar? [Se sim] faz alguma coisa para que passe menos ar pelas janelas? (calafetagem, toalhas a vedar...)	
Alguém na sua casa tem algum problema de saúde que obrigue a ter cuidados especiais com o frio?	Relação com doenças crónicas
[Se tem filhos] lembra-se de ter tido algum cuidado especial quando eram pequenos? (E hoje em dia?)	Necessidades especiais das crianças pequenas

A casa em que vivia quando era criança era mais ou menos fria do que esta?	Habitus incorporado na família de origem
O que faziam para se aquecerem?	

Voltando à sua casa atual, no verão é uma casa quente?	Práticas – lidar com o calor: - condições materiais - perceções, ideais, necessidades - saber-fazer, informação
A casa apanha sol no verão? Durante quanto tempo/parte do dia?	
Como é que faz para arrefecer a casa quando está muito calor? (abrir janelas, ventoinha, baixar persianas/estores...)	
[Se costuma usar algum aparelho elétrico para ventilar/arrefecer a casa] como costuma usá-lo? Durante todo o verão ou só nos dias mais quentes? Que divisões da casa costumam ser arrefecidas? A que horas (dia/noite)? Durante quanto tempo? (horas)	
[Se não usa estes equipamentos] por que não? O que a/o levaria a usá-los mais?	
O que mais faz para sentir menos calor no verão? E as outras pessoas que moram consigo? (roupa leve, bebidas frias, sair de casa...)	
O que lhe custa mais, o calor ou o frio? (porquê)	



Que aparelho tem para aquecer a água? (Se esquentador, com botija ou não) Costuma estar sempre ligado?	<p>Práticas – consumo de energia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - condições materiais - perceções, ideais, necessidades - saber-fazer, informação
Usa água quente só para tomar banho ou também para outras coisas? (lavar mãos, cara, loiça, chão...)	
Na casa de banho tem algum aquecedor? Costuma usá-lo? (como faz para não apanhar frio quando vai tomar banho?)	
Que eletrodomésticos tem na cozinha? (Tem arca congeladora?) Como costuma usá-los? (Usa o forno muitas vezes?)	
E como faz para lavar e secar a roupa? (Tem máquina de lavar e/ou secar roupa?)	
Com que temperatura costuma lavar a roupa? (alta, baixa, variável)	
A que horas costuma lavar a roupa? (porquê?)	
Em média, quantas máquinas fazem por semana?	
[Se tem máquina de secar] costuma usá-la? (quando?)	
Que tipo de lâmpadas tem? (incandescentes/normais, fluorescentes, halógeno, LED, economizadoras...) Que lâmpadas costuma acender? (Em que divisões?) Durante quanto tempo estão ligadas diariamente? (diferenças entre inverno e verão)	
Tem ideia se os aparelhos que tem em casa gastam muita energia? (Quais gastam mais?)	
É importante para si poder usar alguns aparelhos mesmo que saia caro tê-los ligados? (televisão, computador, casa bem iluminada, forno, aquecedores...)	
Evita usar algum aparelho por gastar demasiada energia? Qual/is?	
Alguma vez comprou algum aparelho elétrico mais caro só porque gastava menos energia?	
Alguma vez deu atenção à classificação/etiqueta energética dos eletrodomésticos?	
Há alguma coisa que costume fazer para gastar menos eletricidade e gás em casa?	
Quando cozinha há alguma coisa que costume fazer para gastar menos energia?	
[Se vive com outros] Em sua casa costumam estar de acordo em	Dinâmica familiar (tentar)



relação ao modo como tentam gastar menos energia?	perceber se há conflitos)
[Se vive com outros] Quem gasta mais energia em casa? Porquê?	
[Se tem filhos/netos] Os seus filhos/netos usam muito a televisão, computador, consolas? E costumam deixá-los ligados, ou deixar luzes acesas, mesmo que não seja preciso?	

Nos últimos anos (com a crise) sentiu-se obrigado/a gastar menos energia? [Se sim] o que fez?	Explorar as mudanças com a crise e o pós-crise
[Se tem filhos] Os seus filhos foram afetados pela crise? Teve de ajudá-los?	

Estamos quase a chegar ao fim. Pode dizer-me se o que paga pela eletricidade, gás, lenha (ou outros) pesa muito nas suas contas ao fim do mês?	Justiça energética: - acesso à informação - reconhecimento social da vulnerabilidade - desigualdade distributiva
Sabe quanto costuma pagar por mês pela eletricidade, gás – se botijas, quantas por mês – lenha/carvão – quantos kg por ano, água, televisão, telefone, gasolina/gasóleo, renda?	
Já lhe aconteceu não conseguir pagar as contas da eletricidade ou gás? [Se sim] como fez?	
Alguma vez lhe aconteceu não tomar banho para não gastar gás/eletricidade? (com que frequência)	
E não cozinhar para não gastar energia? (com que frequência)	
Sabe se tem tarifa social de eletricidade ou gás natural?	
Em relação ao seu contrato de eletricidade, sabe qual a sua potência contratada? (Porque escolheu essa?)	
Acha que é fácil entender a sua fatura de eletricidade? E do gás?	
Alguma vez mudou de fornecedor de eletricidade ou gás? Porquê? Como foi?	
Sabe se o seu contador de eletricidade é inteligente? (Como foi a mudança?)	
Costuma fazer a leitura do seu contador de eletricidade?	



Sabe se a sua casa tem certificado energético? [<i>Se sim</i>] sabe o que diz o certificado?	
Alguma vez falou com alguém ou procurou informação sobre o que fazer para poupar energia? (Quem? (técnicos, vizinhos, filhos...) e como foi?)	
Alguém fala disso cá em casa? Quem?	
Alguma vez recebeu algum folheto sobre o que fazer para gastar menos energia em casa? [<i>Se sim</i>] quem o deu e o que aconteceu?	
Já solicitou/pediu algum aconselhamento? A quem?	
Sabe como fazer para se informar se tiver alguma dúvida sobre eletricidade ou gás ou sobre como gastar menos energia?	
Pode dizer-me se recebe (ou alguém da sua família) alguma ajuda ou subsídio do Estado? (complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, abono de família, pensão social de invalidez, pensão social de velhice)	
Era muito importante saber qual é, em média, o rendimento mensal do seu agregado? (líquido, aproximadamente)	
Para terminar, em que ano nasceu? (E os restantes membros da família?)	Caraterização social
Qual é/era a sua profissão? (E dos restantes membros da família; se reformado ou desempregado, há quanto tempo)	
Até que ano andou na escola? (E os restantes membros da família?)	

